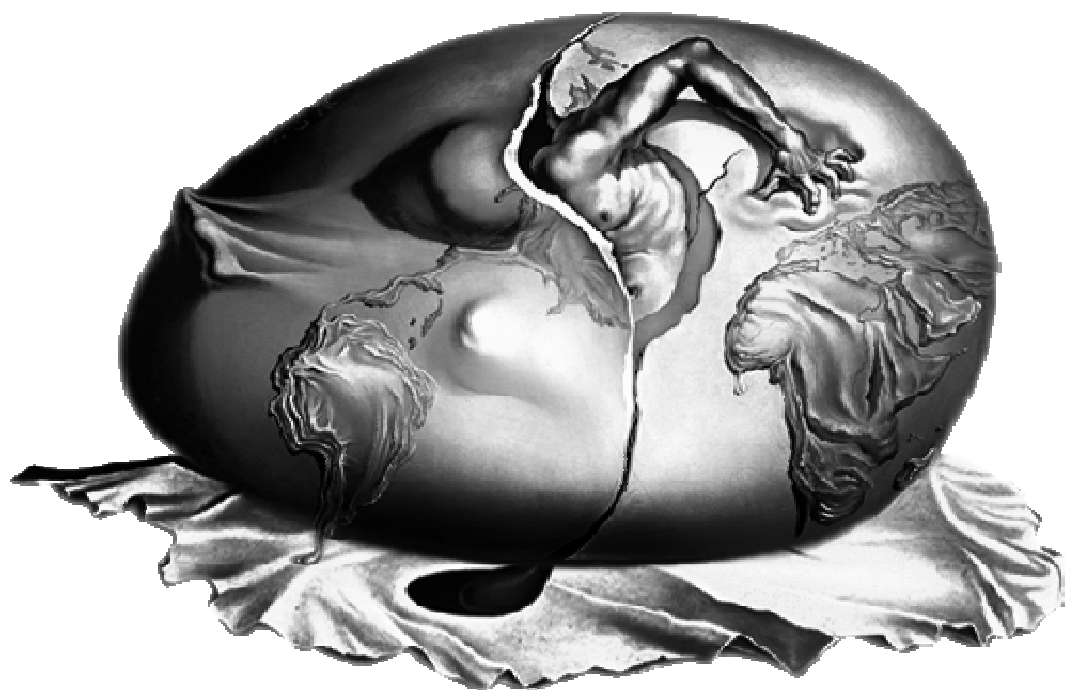


BOLETIM ***PRESENÇA***
ANO III, nº 07, 1996



UNIR

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE RONDÔNIA**

REITOR: OSMAR SIENA

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO:
NAIR GURGEL DO AMARAL

CENTRO DO IMAGINÁRIO SOCIAL
NILSON SANTOS

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA
HUMANA
DORISVALDER DIAS NUNES

PRESENÇA

Boletim de Educ. Cultura e Meio
Ambiente

Ano III n.º 7 - Setembro - 1996
Publicação Trimestral

ISSN 1413-6902

APROVADO PELO
CONSEPE/UFRO RESOLUÇÃO N.º
0122/1994

Editor:

ALBERTO LINS CALDAS

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Silvio Sanches Gamboa -
UNICAMP

Profa. Dra. Nidia Nacib Pontuschka -
USP

Prof. Dr. Miguel Nenevé - UFRO

Prof. Dr. Mario Alberto Cozzuol -
UFRO

Prof. Dr. Clodomir Moraes - UFRO
Profa. Ms. Arneide Badeira Cemin -
UFRO

Prof. Ms. Josué da Costa – UFRO
Tiragem 300 exemplares

Endereço: Caixa Postal 775
Porto Velho - RO - CEP 78.900-970

S U M Á R I O

EDITORIAL _____ **3**

**REFLEXÕES METODOLÓGICAS
SOBRE O PROGRAMA DE
FILOSOFIA PARA CRIANÇAS** _____ **4**

NILSON SANTOS

CONTATOS _____ **10**

MARCOS ALBUQUERQUE

**HISTÓRIA REGIONAL E
IDEOLOGIA** _____ **29**

FABÍOLA LINS CALDAS

A LEITURA _____ **33**

ALBERTO LINS CALDAS

**RONDÔNIA: OCUPAÇÃO E
AMBIENTE** _____ **39**

DORISVALDER DIAS NUNES

O TEMPO NO QUOTIDIANO _____ **47**

ELISABETE CHRISTOFOLETTI

LITERATURA DE VIAGEM _____ **54**

GRACE MACEDO
MIGUEL NENEVÉ

**SOCIEDADE E EDUCAÇÃO
FÍSICA** _____ **60**

ADRIANA NUNES
IVETE DE AQUINO FREIRE

EDITORIAL

Nesses anos de existência do **CENTRO** e dos periódicos **PRESENÇA** e **CADERNO DE CRIAÇÃO**, fomos delineando aos poucos uma maneira própria de pensar; construindo determinada estrutura crítica em relação aos principais sistemas da modernidade ocidental. Temos agora um “sistema provisório” que chamamos de **HERME-NÊUTICA DO PRESENTE (Caderno de Criação 11)**, presente enquanto espessura viva. Essa **Hermenêutica** parte da crítica radical à ocidentalidade e suas formas de racionalidade; à Razão, à Ciência, à História e à história, à temporalidade enquanto existência objetiva. Compreende a ocidentalidade como estrutura mitológica e seus territórios subjetivos como válidos apenas dentro do seu campo de existência cultural; põe-se enquanto pensamento provisório e crítico; sua função maior é superar a ocidentalidade e estruturar um pensamento que possa escapar dos campos de força da lógica do capital; a meta maior dessa “reflexão” é possibilitar uma ação política. A **Hermenêutica** não pode raciocinar a partir da realidade instaurada pela lógica do capital: não é reflexão **sobre** a realidade, mas práxis **contra** a realidade.

O Método nessa **Hermenêutica**, ao contrário da Ciência, são meios para decompor, sintetizar, compreender, criar, destruir e recriar criticamente determinado presente. Ao mesmo tempo em que é conjunto móvel e crítico de procedimentos, é a própria historicidade reduzindo-se e realizando-se ao nível do processo de investigação e criação. Busca tanto o como, quanto o porquê das coisas. É através dele que a Hermenêutica, entendida como filosofia do humano, superação das “Ciências Humanas”, pode tentar apreender o presente, nossa matéria básica.

A **DIALÉTICA** que teremos como “método”, não é a Dialética transformada em regras, procedimentos ou estrutura de pensamento; nem a dialética que se compreende como materialista ou idealista; nem a que aceita os paradigmas ocidentais sem dissolvê-los; nem a que ainda está na órbita dos campos de força do capital sem se pôr e se propor como antítese política real, sendo uma práxis viva, um pensar contra e um criar radical.

Nossos **PROCEDIMENTOS** são direcionados à compreensão do presente, como a gravação/filmagem de entrevistas; a transcrição e a posterior trans criação: esses procedimentos são específicos e direcionados àqueles tipos de reflexão que têm o presente como questão coletiva, individual ou grupal.

Uma **PEDAGOGIA NEGATIVA**, diálogo em busca da destruição dos fundamentos da realidade e por uma individualidade insatisfeita, onde o conhecimento não seja objeto mas arma que se negue e se supere a si mesmo. A educação fundada no diálogo e na consciência torna-se ameaça aos tipos de mentalidade que se fundam no imobilismo e numa transmissão mercantil de conhecimentos. A educação altera a interioridade, altera o homem que altera o mundo: esta a grande finalidade imediata da nossa concepção de educação. O nosso papel enquanto professores não é o de organizador, de animador ou de transmissor mas essencialmente de criador, não somente das redes dialogais mas, principalmente, criador negativo do próprio saber.

Nossa meta é **criar**.

REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE O PROGRAMA DE FILOSOFIA PARA CRIANÇAS

Nilson Santos *

Resumo

O preparo das aulas com o Programa requer muita atenção, pois, demanda leitura cuidadosa da história dos livros textos, fundamentalmente no capítulo que as crianças irão se envolver, na tentativa de serem identificadas antecipadamente o maior número possível de idéias ou conceitos que possam estar contemplados no texto, e que serão objeto de investigação por parte dos alunos.

Palavras-Chave: Fundamentos, Investigação e Alunos.

Abstract

The preparation of the classes with the Program requests a lot of attention, because, it demands careful reading of the history of the books texts, fundamentally in the chapter that the children will wrap up, in the attempt of they be in advance identified the largest possible number of ideas or concepts that they can be contemplated in the text, and that will be investigation object on the part of the students.

Key-Words: Foundations, Investigation and Students.

O manual do Programa de Filosofia para Crianças foi organizado tendo em vista que, a quase totalidade dos professores que trabalham com o Programa em sala de aula não tiveram sólida formação em Filosofia; desta forma ele surge como importante ferramenta de reflexão e trabalho para o professor.

O preparo das aulas com o Programa requer muita atenção, pois, demanda leitura cuidadosa da história dos livros textos, fundamentalmente no capítulo que as crianças irão se envolver, na tentativa de serem identificadas antecipadamente o maior número possível de idéias ou conceitos que possam estar contemplados no texto, e que serão objeto de investigação por parte dos alunos.

Somente então é que deve o professor se debruçar sobre o manual, na tarefa de identificar as atividades correspondentes ao mesmo capítulo, ou em outro, onde estão propostos exemplos de exercícios que procuram garantir que a discussão em torno das idéias levantadas pelos alunos deixe o senso comum e parta para a discussão eminentemente filosófica.

Após realizar esta cuidadosa leitura do manual, o professor deve ficar atento às possíveis formas de intervenção na discussão que poderá surgir do grupo, garantindo dois elementos fundamentais.

O primeiro se orienta pela capacidade de manter-se atento ao assunto que foi destacado pelos alunos, possibilitando compreender o que se discute e o que se quer desvendar, mas esta compreensão não se limita a tarefa descritiva, ou a especulação despreocupada, aparentemente livre de qualquer compromisso ou interesse, como se pudéssemos partir do pressuposto que pela pura discussão do problema, ele se revelaria a nós. A discussão filosófica deve ser

criteriosa para provocar mergulho profundo, que provou que a atenção de todos para as raízes fundantes do objeto, ou seja para suas características determinantes. Desta forma ultrapassamos os véus que impedem a proximidade cada vez mais íntima, quer-se atingir portanto os seus fundamentos.

O movimento da consciência desta natureza, que mergulha a reflexão na profundidade, acaba por revelar outro aspecto importante. Quando temos experiência radical, quando ultrapassamos efetivamente o universo contingencial, não conseguimos ser mais os mesmos. A busca de respostas, o debate, quando nos revelam faces profundas de significações, não permitem que continuemos a nos relacionar com as coisas da mesma maneira. Mudam as coisas e mudamos nós, morre a relação ingênua e descompromissada da parte do sujeito, ou dos sujeitos, e desmorona a forma primitiva das coisas, revelando a criação de algo novo com multiplicidade cada vez maior e mais intensa de significados.

O segundo elemento importante durante o preparo da aula envolve a preocupação que o professor deve ter na efetiva possibilidade do debate tornar-se globalizante e abrangente, em busca da totalidade, ou seja, em busca de sua compreensão como um todo. Revela-se assim, a articulação com algo maior e mais complexo, que não circunscreve a reflexão simplesmente em torno do objeto de preocupação, já que ele não pode ser encarado de maneira parcial ou fragmentada. É exatamente neste aspecto que a Filosofia precisa distinguir-se da forma com que a Ciência investiga, já que ela pressupõe em seu método, o isolamento e a análise compartimentalizada das suas manifestações, como se fosse possível

abrir o corpo, para compreender o seu funcionamento harmônico, e isolar cada órgão do organismo vivo para compreendê-lo na totalidade.

Estas são, portanto, preocupações que antecedem o debate e a aula em si com o Programa. Em aula o manual tem outro caráter. Ele se presta a nortear a forma de intervenção do professor na Comunidade de Investigação. As propostas de exercícios, antes de funcionarem como “livro de receitas” apontam para uma das formas mais adequadas de intervenção do professor no grupo. As perguntas, os exercícios ou as atividades encontradas querem antes de mais nada garantir que a discussão continue viva, e que não se perca de vista a necessidade de se buscar a compreensão de tudo em profundidade e ao mesmo tempo na sua totalidade.

Ao chamar a atenção para o papel do professor pretende-se dizer que suas intervenções são fundamentais para a qualidade do trabalho dos alunos, é dele a responsabilidade maior pela discussão clara, organizada, democrática e criteriosa.

Pretende-se, portanto, expurgar o fantasma do espontaneísmo do grupo, onde cada um fala o que bem entende, não se preocupando com os possíveis desdobramentos, nem com as considerações dos outros; pensar assim, acaba por desembocar na inutilidade do diálogo, pois concluir qualquer coisa da maneira mais conveniente a cada um, passa a ser regra.

A atuação do professor na Comunidade de Investigação, pretensamente ausente que considere ter, é, pelo contrário, fundamental como vigilante constante no trabalho com Filosofia para Crianças, pois é dele a responsabilidade pedagógica não sobre o que é dito, mas

fundamentalmente sobre como é dito, sobre como é refletido, e como é compreendido o conhecimento em sala de aula.

A atenção do professor deve estar redobrada, pois compete a ele estar atento ao comportamento do grupo no que tange as atitudes mais adequadas à Comunidade de Investigação, pois é de sua responsabilidade a garantia de qualidade e rigor metodológico do debate. É de suma importância que o professor esteja atento às construções mentais dos alunos, a forma de organização dos seus argumentos. Se existe algo que não seja permitida em Filosofia, é justamente a afirmação não fundamentada, não justificável e não compreensível. Ao se deparar com situação avessa, o professor tem, não o direito, mas obrigação pedagógica de garantir que o grupo investigue melhor, ou ele mesmo deve provocar e evidenciar o impasse.

Esta intervenção contudo, se orientada dentro dos critérios propostos no manual, não se manifesta de maneira coercitiva, como se coibir o erro fosse a saída para que ele não mais surgisse, mas deve acontecer dentro da forma investigativa na qual o grupo está inserido. O professor não intervém para afirmar a verdade, por mais que ela esteja evidente. Se isto acontece, temos uma certeza: a evidência existe para o professor, não para os alunos, e é para este último ator, que se dirige o processo educacional. Portanto quem deve ingressar no itinerário da investigação filosófica é o aluno.

Erroneamente o sistema educacional tem depositado no professor a palavra final sobre qualquer assunto e isto é repetidamente introjetado no comportamento do aluno, gerando “preguiça” mental. Assim, se os alunos desconhecem um

dado assunto, estes não se dispõem a investigá-lo e a pensar sobre ele, mas simplesmente consultam o professor, que também de maneira errônea, simplesmente responde, sem necessariamente envolvê-los em processo de busca e de descoberta, ou seja, de genuína aprendizagem.

Para que isto aconteça é salutar que o professor reflita com o grupo e reconheça em seu trabalho o valor e a importância que tem, despojando-se da necessidade de auto-afirmação perante o grupo, não reservando para si as conclusões finalizantes sobre qualquer assunto, não reproduzindo o estereótipo daquele que concede a palavra, permitindo tímidas e esporádicas investidas, mas evidenciando o papel reservado a si: ser aquele que sabe, aquele que é.

Desta forma a intervenção do professor deve se dar de maneira tal que provoque no grupo novo impasse, que traga de forma interrogativa novos problemas, que evidenciem o erro, não pela sua discordância pessoal, mas pela sua possível insustentabilidade. Não conclui, nem revela o veredicto sobre o assunto, mas antes, conduz os alunos a refletirem novamente, com elementos novos, ou informações que até então não haviam sido reconhecidas. Devolve ao grupo a possibilidade de, ao se deparar com o erro, investigar novamente e reformular.

O novo problema ou as novas perguntas trazidas pelo professor para dentro do grupo surgem como fomento à criação, à investigação e a busca do grupo, revelando a necessidade ou apontando para outro caminho, que talvez ainda não se tenha trilhado.

O professor participa não para encerrar a investigação, mas para colocá-la em outro nível de profundidade, alimentando a

necessidade de busca cada vez mais criteriosa e rigorosa do grupo.

Ao pensar exercícios, atividades ou até mesmo jogos, deve ter claro que existe certa fixação por parte da Pedagogia por jogos e materiais didáticos como se os materiais ou o conteúdo dos jogos, por sua própria natureza, garantissem inexoravelmente que seus conteúdos fossem entrar na mente da criança, sem entender que este aluno é uma pessoa por inteiro, que tem vasto universo de relações, e que esta situação é mediatizada. Pensar assim é o mesmo que encarar o aluno como massa aperceptiva. Não se trata da negação do instrumento ou da atividade, mas há que se encarar que, a sua percepção não é individual e imediata, mas social e mediatizada, ou seja, a consciência não se dá a partir da experiência do indivíduo, pois não significa pensar a experiência do sujeito isolado com objetos do mundo isolados, mas compreender que a relação do sujeito com o objeto é sempre relação de sujeitos que têm uma mediação do objeto, portanto, sempre social.

Este sim, deve ser o comportamento mais desejado do professor e valorizado na Educação, para que os alunos também o sejam. Não há que se valorizar a Ciência pela Ciência, mas o seu rigor descritivo e o espírito investigativo, não há que se valorizar o saber pelo saber, mas a atitude de busca e de perplexidade do homem diante do mundo e de si mesmo.

A Educação é antes de mais nada caos, ao me limitar a descrição padronizada do mundo, não crio, nem realizo a natureza do próprio homem, simplesmente repito modelos, a inteligência se revela na exata forma da memorização e repetição das verdades acabadas de um mundo também acabado. O aprendizado

implica no reordenamento, na criação de cada um e no embate pela explicitação e aceitação pelos demais do seu mundo.

Se o professor encarar o manual como receituário de perguntas, estaremos não só inviabilizando o Programa, mas todo caráter investigativo da Filosofia, e destruindo qualquer possibilidade de realização da Educação e da Filosofia. Alguém que compreenda profundamente as pretensões da Filosofia e as necessidades do homem, sabe que o educador não é oleiro, mas garimpeiro, nem o aluno tabula rasa como queria Sócrates.

O oleiro muito embora tenha a empatia com a matéria bruta que irá transformar, se relaciona com ela como se esta fosse inanimada, desprovida de humanidade. O valor é atribuído ao momento posterior, quando molda o barro, quando plasma nele sua vontade, sua inspiração e seus valores. O vaso deixa de ser barro, porém não é vaso, se não pelo reconhecimento do seu criador.

O professor não é senão o garimpeiro, que movimenta uma porção do fundo do rio em sua batéia, lavando-o, eliminando com movimentos circulares, contínuos e atentos, pouco a pouco, as impurezas; revelando os fragmentos brilhantes. Ele não cria o ouro, mas faz com que ele se revele, com que seu brilho se manifeste, para então adicionar a porção de mercúrio, provocando o surgimento da nova situação, gerando uma amálgama densa. Após a derradeira lavagem, agora de posse do fogo, na ponta do maçarico dirigido para o fundo da batéia, faz o mercúrio evaporar, de novo de maneira atenta, submetendo seus movimentos à reação da mistura, possibilitando ao ouro puro revelar seu brilho mais intenso. Este brilho surge, portanto, não pelas mãos do

garimpeiro, pois não é dele, não existe por causa dele, mas foi resgatado pela sua ação, pela sua persistência e crença no fundo lamaçal do rio, onde algo de rico que poderia vir à tona ou à consciência.

Mas o manual tem outra tarefa a cumprir.

O fato de nos comprometermos com um Programa de Filosofia, não nos garante de antemão, de maneira inexorável, a concretização do envolvimento genuinamente filosófico. O fato de debatermos os problemas, não os tornam filosóficos, o que faz com que um problema seja filosófico é a atitude subjetiva que assumimos diante da necessidade objetiva.

Algo se torna problema filosófico, não pelo seu conteúdo específico, mas pela atitude que o homem tenha diante dele, pelo envolvimento eminentemente reflexivo que mantenha.

O que nos leva, como professores, a postular a necessidade de garantirmos são somente aos nossos alunos este espírito de busca e de inquietação da Filosofia, mas alimentarmos em nós esta maneira de encarar o mundo.

E esta deve ser a preocupação do professor após a aula com o Programa de Filosofia para Crianças, e isto só é possível se este se dispuser a refletir sobre o acontecido. Por um lado parece difícil, senão pouco provável, realizar o trabalho de análise retrospectiva, quando na maioria dos casos o professor encontra-se só. Assim, novamente apelamos ao manual.

Após a aula, onde fora abordada determinada idéia, é possível nos reportarmos ao manual e verificarmos dentro daquilo que está proposto, o que teria sido discutido ou não pelos alunos, com isto tenho bom parâmetro para identificar se a Comunidade de

Investigação envolveu-se efetivamente na discussão filosófica, se tiveram ou não atitude filosófica.

Mas é possível ainda, avançarmos um pouco mais e refletirmos se a intervenção do próprio professor se deu no sentido de garantir profundidade e rigor. Ao verificarmos quais as questões propostas pelo manual ficaram sem ser respondidas ou debatidas pelos alunos, ou seja, quais foram os aspectos que passaram descuidadamente pelo professor, que este deveria, por dever pedagógico, ter possibilitado ao grupo, temos a clara resposta da qualidade do seu trabalho. O descuido da parte do professor, deve fazê-lo refletir sobre a sua formação e sobre as expectativas que o Programa deposita nele, como agente mais importante do processo educacional.

É possível afirmar com toda segurança que o manual do Programa de Filosofia para Crianças ainda reserva uma série de gratas surpresas, que estão por ser descobertas. E elas somente se farão visíveis se tivermos também diante dele a atitude genuinamente filosófica.

*** Prof. Ms. do Depto. de Educação - UFRO**
Coordenador do Centro do Imaginário Social

CONTATOS

Marcos Albuquerque*

Resumo

O mundo europeu prepara-se para enfrentar grandes e significativas modificações nos mais diferentes segmentos que o compunha. Idéias novas, alterações cosmogônicas, ebulição nos meios religiosos que se encontravam relativamente apaziguados com a conciliação entre a razão e a fé, obtida através de Tomás de Aquino em séculos anteriores; a Ciência embrionária confundindo-se com a bruxaria; a estagnação do pensamento criativo, corroborada por franciscanos e dominicanos, mas que desde o século XIII já apresentava conflitos internos, haja vista a prisão de um de seus monjes, Roger Bacon, acusado de bruxaria por efetuar experiências físicas e químicas.

Palavras-Chave: Modificações, Franciscanos e Dominicanos.

Abstract

The European world gets ready to face great and significant modifications in the most different segments that it composed him/it. New ideas, cosmogonic alterations, ebullition in the religious means that were relatively appeased with the conciliation between the reason and the faith, obtained through Tomás of Aquino in previous centuries; the embryonic Science getting confused with the witchcraft; the stagnation of the creative thought, corroborated by Franciscans and from the Dominican Republic, but that since the century XIII already presented internal conflicts, have seen the prison of one of your monjes, Roger Bacon, witchcraft accused for making physical and chemical experiences.

Key-Words: Modifications, Franciscans and Dominicans.

Século XVI. O mundo europeu prepara-se para enfrentar grandes e significativas modificações nos mais diferentes segmentos que o compunha. Idéias novas, alterações cosmogônicas, ebulição nos meios religiosos que se encontravam relativamente apaziguados com a conciliação entre a razão e a fé, obtida através de Tomás de Aquino em séculos anteriores; a Ciência embrionária confundindo-se com a bruxaria; a estagnação do pensamento criativo, corroborada por franciscanos e dominicanos, mas que desde o século XIII já apresentava conflitos internos, haja vista a prisão de um de seus monjes, Roger Bacon, acusado de bruxaria por efetuar experiências físicas e químicas.

Idéias mais arrojadas surgiram no mundo europeu, na segunda metade do século XVI. Idéias como as de Francis Bacon (1561-1626), que admitia a coexistência entre aspectos materiais e espirituais, ou as idéias de Descartes (1596-1650), que procurava uma concepção global para todas as ciências. Aspectos estes que são de suma importância para a compreensão da época que será tratada, em virtude de suas concepções se apresentarem opostas as de Aristóteles que constituíam-se em um dos sustentáculos da Igreja de então. As novas idéias apresentavam-se de forma incipiente e conflituosa no início do século XVI, momento em que a Europa foi ainda abalada pelas viagens de Marco Polo, Colombo, Cabral, e outras viagens que se sucederam nos primeiros anos do século XVI e desempenharam papel catalisador no processo de transformação do ideário europeu de então.

Transformações que se fizeram notar nas concepções de "mundo", de "raça", de "culturas", de "cosmogonias". Viagens que vieram a alterar o rumo da economia européia nos séculos subsequentes.

Iniciava-se, nos primórdios do século XVI, sobretudo com os descobrimentos das Américas, um fenômeno intercultural, que posteriormente daria surgimento à constituição de um "Sistema Mundial".

A Europa, neste período, já se encontrava em pleno processo de articulação econômica, constituindo-se em um sistema razoavelmente integrado, no qual havia uma trama de relações econômicas entre as diferentes unidades administrativas que emergiram após a queda do Império Romano. Esta trama de relações, que interligava sistematicamente a Europa ao Oriente, não tinha, até então, incorporado as Américas.

Do mesmo modo que se fez uso do conceito de sistema para o delineamento de um quadro compreensivo da trama de relações econômicas entre as unidades administrativas que, da Europa ao Oriente, emergem após a queda do poder romano, pode-se enfocar sob uma ótica sistêmica as relações entre os grupos que até o século XVI ocupavam as Américas. Não se pretende deste modo afirmar ou mesmo propor a existência de uma economia integrada, ou mesmo amplamente articulada, como no caso da economia do Sistema Europeu, mas sugerir que, através do comércio de longa distância, dos deslocamentos de massas, das próprias guerras sistematicamente encetadas, das relações ainda que tênues, entre os diferentes sistemas culturais, abrangendo tribos, estados

antigos, ou mesmo envolvendo grupos de caçadores, constituía-se nas Américas um amplo sistema de domínio das diferentes faixas e patamares ecológicos existentes.

Os grupos humanos que habitavam as Américas, no início do século XVI, apresentavam relações sistêmicas que os deveria manter interligados, embora desvinculados do mundo europeu. Ressalte-se, inclusive, que a obra de Métraux em vários momentos refere-se a contatos intergrupais, nas Américas, que parece sugerir a existência de uma trama de relações mais amplas e diferente dos modelos mais freqüentemente utilizados pela arqueologia americana. Evidentemente o Sistema Americano não apresentava, à época do contato com os portugueses, a complexidade do Sistema Europeu de então.

A introdução do elemento europeu, a princípio atingindo apenas a costa americana, para posteriormente se interiorizar, interferiu no conjunto dos sistemas. Os processos de contato foram distintos; variaram não apenas em função dos grupos envolvidos, e do nível de complexidade das culturas, mas ao longo do tempo, à medida que se firmavam os sistemas coloniais e se alteravam as políticas em relação ao indígena.

Dentre as variadas experiências vivenciadas pelo mundo europeu no século XVI, interessa especificamente a este trabalho o início do contato entre os dois mundos, o Velho e o Novo Mundo; entre dois grandes Sistemas, o Europeu e o Americano, que até então coexistiam de forma independente. Contato que, de forma diferenciada, com objetivos móveis ao longo dos séculos que o

sucedeu, com estratégias específicas adotadas entre os diferentes subsistemas que interagiram, transformou o Mundo, integrando-o em uma nova ordem de relações que viria posteriormente desembocar em uma complexidade que caracterizaria um sistema novo, o Sistema Mundial.

O Sistema Europeu, representado no Novo Mundo preponderantemente pelos subsistemas espanhol e português, contactou com realidades organizacionais distintas do Sistema Americano.

O contato hispano-americano incluiu grupos em nível de Chefias e Estados (conforme a classificação proposta por Service em 1962, para estágios culturais), situados principalmente na faixa que se estende do Yucatán aos Andes, e com grupos tribais das Américas, de modo mais amplo, enquanto que os contatos luso-americano foram estabelecidos principalmente com tribos e bandos que se localizavam na vertente atlântica da América do Sul.

O Sistema Americano, portanto, configurava-se de forma bastante diferenciada, o que traria reflexos nas relações, nas modalidades de contato estabelecido. Os subsistemas de defesa, socialização, ideológico, etc., dos grupos mais complexos com os quais contactaram os espanhóis, diferiam substancialmente dos congêneres encontrados pelos portugueses. As duas distintas realidades, em uma visão macro, estimulariam processamentos diferenciados entre a nova ordem sistêmica que se estabelecia.

Os portugueses, após 16 anos dos descobrimentos,

estabeleceram-se na América, no litoral norte do atual Estado de Pernambuco, através da instalação, por Cristovão Jaques, da primeira Feitoria Real no Brasil. O estudo arqueológico da área em que se instalou esta Feitoria, objeto central deste trabalho, reflete a preocupação voltada para o entendimento de um dos primeiros contatos de média duração entre portugueses e indígenas no Brasil, além de representar a oportunidade de avaliação do processo desenvolvido por ocasião dos primeiros contatos permanentes entre europeus e indígenas na costa leste da América do Sul.

A FEITORIA DE CRISTOVÃO JAQUES E O SISTEMA COLONIAL PORTUGUÊS

Os primeiros anos após o desembarque de Cabral nas terras americanas, foram marcados por uma ação muito modesta de Portugal. As expedições de reconhecimento da costa, (1501 e 1503), davam conta de que, do ponto de vista do interesse mercantilista, a costa atlântica não apresentava atrativos imediatos. O Tratado de Tordesilhas, que legava a Espanha e Portugal as terras a Oeste de Cabo Verde, confere a estes reinos todo o continente americano.

Envolvido desde o século XV em uma crise interna de crescimento, o aumento da população portuguesa se reflete na ampliação da população urbana, promovendo o crescimento das cidades. Paralelamente, a monetarização da agricultura promovia uma crise rural, com o empobrecimento da aristocracia.

A economia urbana, fundamentalmente relacionada ao comércio, encontrava-se alicerçada nos produtos provenientes do Oriente. Deste comércio resultou a retenção do ouro português, que veio a constituir "os tesouros orientais", que não tornavam a circular nos meios mercantis. A retenção do ouro no Oriente, associado a monetarização da agricultura, conduziu à carência de metais, exigindo de Portugal novas fontes de aporte de ouro. Por outro lado, o comércio de longo curso com o Oriente era dispendioso e onerava consideravelmente os bens adquiridos. Ora, o sistema econômico português, que já era controlado pela burguesia, defronta-se com duas situações extremamente comprometedoras para o seu equilíbrio: o alto custo da mercadoria e o empobrecimento da aristocracia, seu principal consumidor.

O desequilíbrio do sistema econômico português operou como elemento de retroalimentação do mesmo, na busca de um reequilíbrio. Deste modo, desde o século XV, Portugal persegue o objetivo de encontrar novas fontes para o comércio. Este objetivo configurou-se quer pela busca de um acesso menos oneroso para o Oriente, quer pela busca de fontes alternativas para as especiarias, visando ainda a descoberta de metais preciosos.

A nova rota para o Oriente, que contornava pelo mar o sul da África, iria permitir ao sistema econômico português uma alternativa à onerosa rota terrestre. Esta perspectiva atraiu de tal forma as atenções portuguesas que as novas terras descobertas na América foram praticamente relegadas ao abandono.

Em sua dinâmica, entretanto, o Sistema Europeu não compartilhava do desinteresse português. Deste modo, o aparente equilíbrio proporcionado pelo Tratado de Tordesilhas quanto ao domínio das terras americanas é substantivamente abalado, na oportunidade em que outros povos, integrantes do Sistema Europeu e aliados do domínio das Américas pelo referido Tratado, reivindicavam o direito de exploração.

A exploração das terras americanas, pertencentes a Portugal, por parte de outros povos, foi tentada tanto por vias legais como pela ação de flibusteiros que "infestavam" a costa, negociando os produtos da terra com os indígenas.

As contínuas investidas de outros povos, sobretudo franceses, ingleses e holandeses, exigiram de Portugal medidas enérgicas no sentido de impedir que outros sistemas incorporassem as terras americanas.

O redirecionamento do sistema de defesa português para incluir a guarda das terras americanas, de certa forma se mostra como um indicador das relações entre o interesse em manter a posse das terras, forçando a necessidade de defesa face à ação insistente dos corsários, e a incapacidade em atender à demanda do comércio com o Oriente. A estratégia de defesa através de expedições de Guarda-Costa, no entanto, não produziram o efeito desejado, o que aliás não deveria ter sido esperado, pois, considerando-se a dimensão da costa que pretendiam defender, o efetivo das expedições, a velocidade de deslocamento das naus, a frequência com que retornavam, a ausência de equipamentos de

rastreamento, etc, não seria possível, do ponto de vista operacional, o bloqueio de ações punctuais. A experiência demonstrou que, tão logo a expedição se afastava, os corsários voltavam a explorar os produtos da nova terra.

Com o fracasso das expedições de patrulhamento, a Coroa Portuguesa adota uma nova estratégia, implantando a política de estabelecimento de feitorias, aliás já adotada na Índia. Coube a Cristovão Jaques a missão da instalação da primeira Feitoria.

A identificação documental do local de instalação desta primeira Feitoria, nos chega através da Carta de Doação da Capitania de Pernambuco, por D. João III. O referido documento, citado por Gonsalves de Mello em 1969, informa que "... ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda sul do dito rio, onde Cristovão Jaques fez a primeira casa de minha feitoria", e ainda " ... a primeira casa de minha feitoria na margem continental do dito rio que cerca em redondo a Ilha de Itamaracá."

Por seus objetivos, a instalação da Feitoria Real em 1516, serviria de entreposto comercial, onde eram concentrados os produtos da terra a fazenda real, para serem embarcados através do porto no local.

A documentação histórica, até então levantada, praticamente não dá conta do cotidiano das atividades desenvolvidas na Feitoria. O efetivo que permanecia no local, pouco excedia a uma dezena de homens. Documentos históricos reunidos por Gonsalves de Mello em 1969, permitiram-lhe listar os nomes dos administradores da Feitoria até o ano de 1535, quando chega Duarte Coelho, primeiro Donatário

de Pernambuco, que iria desencadear um processo de ocupação e povoamento das novas terras. Sabe-se ainda, que em consequência dos sucessivos ataques franceses à Feitoria, Pero Lopes de Souza mandou levantar um forte próximo à Feitoria com o objetivo de resguardá-la. Este forte, conforme a documentação resgatada, provavelmente teria sido construído em madeira. A fortificação nas proximidades da Feitoria continua sendo mencionada até a retirada dos holandeses em 1654.

O litoral sul do atual Estado de Pernambuco é mencionado por diferentes documentos do século XVI, antes mesmo da divisão do território em Capitanias. Condições favoráveis à aportagem, reconhecidas desde o início do século XVI, conduziram a que a área nas proximidades da Ilha de Itamaracá fosse registrada na cartografia portuguesa, pelo menos já em 1519, no planisfério feito em Sevilha e atribuído a Jorge Reinell, e num dos mapas do Atlas de Lopo Homem de Pedro e Jorge Reinell, cerca de 1519-22.

O "porto de Pernambuquo" é assinalado na porção continental, em frente da barra sul do canal que separa a ilha de "Ascensão" (Itamaracá). Próximo a este porto, em 1516, fora mandado Cristóvão Jaques erguer "uma casa de minha feitoria" para o "trato do pau brasil". Referenciais cartográficos, bem como documentos textuais, registram a denominação Pernambuco (com variantes) para o porto e algumas vezes referindo-se à baía. O vocábulo é de origem Tupi possivelmente *Paraná-buc* - furo ou arrebentação do mar, entretanto a ilha foi "batizada" com nome cristão

de "Ascensão". Posteriormente fixou-se também para a ilha o topônimo de origem Tupi, Itamaracá. Pode-se inferir pela adoção do topônimo de origem indígena, que já nas primeiras abordagens a estas terras, havia-se estabelecido contato com os indígenas locais, daí o emprego do vocábulo Tupi.

Documentos históricos praticamente não fazem menção à presença indígena nas imediações da Feitoria, entretanto é de se supor que o "trato do pau brasil" se fizesse com a participação dos indígenas como ocorria em outros portos, seja com portugueses, seja com franceses, algumas vezes referidos como mais hábeis que os nossos descobridores no trato com os indígenas. Deste modo, nesta nova fronteira da expansão lusitana, pode-se supor que a modalidade de contato empregada, pelo menos de início, seria do tipo comercial e pacífico, onde os índios forneciam aos portugueses os produtos de seu interesse.

As referências históricas, etnográficas e arqueológicas, assim como a confluência lingüística do termo Pernambuco para aquele porto, permitem supor uma maior probabilidade de que os indígenas que teriam participado dos primeiros contatos na Feitoria, fossem Tupi. Por outro lado, relatos etno-históricos dão conta de que os índios que compartilhavam a Cultura de Floresta Tropical, na designação de Steward (1948), como se atribui aos Tupi, mesmo antes da influência colonizadora, estavam provavelmente afeitos à prática do comércio, deslocando-se em suas canoas à longas distâncias, levando seus produtos. Deste modo, o contato comercial com os portugueses não estaria

completamente fora dos padrões culturais indígenas, o que facilitaria seu estabelecimento.

INTERESSE HISTÓRICO

Desde o século anterior vários historiadores têm demonstrado interesse em estudar a região. Uma sucessão de acontecimentos envolvendo este local corroborou para o incremento deste interesse. Dentre eles destaca-se o fato da Feitoria, fundada em 1516, ter servido de referencial para a instalação dos marcos divisórios entre as Capitanias de Pernambuco e de Itamaracá. Foi ainda neste porto que desembarcou o primeiro Donatário de Pernambuco, como ainda aqueles que o acompanhavam com a missão de dar início ao povoamento da Colônia. A necessidade de garantir a fazenda real armazenada na Feitoria, conduziu Pero Lopes de Souza, em 1532, a mandar construir um reduto contra os ataques franceses, que por duas vezes a saquearam. Esta construção por seus objetivos, representa o início da implantação de um sistema de defesa da costa brasileira. Por ocasião da ocupação holandesa, a área é novamente fortificada, tendo sido instalado um forte para garantir a passagem da barra dos Marcos, topônimo que persiste ainda nos dias atuais.

Os produtos da terra americana adquiridos pelos europeus através dos índios, representavam a mercadoria a ser comercializada na Europa e por outro lado o elemento de ligação entre os dois sistemas. Pelo que se pode apreender da documentação textual, tais contatos não se realizaram de início em área de assentamento europeu nas

Américas; deste modo, representava ainda um elo muito tênue entre os dois sistemas. A instalação da Feitoria de Cristóvão Jaques em Pernambuco, representa portanto o primeiro assentamento europeu em terras brasileiras, tendo deste modo registrado arqueologicamente o início da implantação do sistema colonial português nestas terras. A possibilidade de localização através da pesquisa arqueológica, deste assentamento, amplia o interesse pelo entendimento do processo estabelecido na área dos "Marcos", que não mais se restringe aos historiadores. Abre espaço para o acesso a novas fontes, permite a introdução aos estudos dos primeiros reflexos da aculturação produzida pelos contatos euro-indígenas.

Deste modo, o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do autor deste trabalho, iniciou em 1967, um Programa de Pesquisa voltado à "Ocupação histórica e contatos interétnicos", desenvolvido na área.

Os estudos que envolvem o tema da aculturação têm sido desenvolvidos desde o final do século passado. Sobre tudo no campo da Antropologia, a vasta gama de pesquisas realizadas e os amplos programas desenvolvidos, buscaram a elaboração de uma teoria geral, que abrangesse o conjunto e fenômenos decorrentes dos contatos entre mais de uma cultura. Entretanto, a grande diversidade de culturas que se envolveram em um processo de contato, os diferentes níveis de complexidade das culturas em interação, não permitiu que se identificasse seqüências de comportamento que conduzissem ao

estabelecimento de uma teoria mais abrangente, válida para o conjunto de contatos estudados. Antes demonstrou, um quadro verdadeiramente diversificado. Por outro lado, alguns resultados positivos no sentido de reunir características básicas aos fenômenos de aculturação, foram obtidos quando se tentou decompor o conceito de aculturação em categorias operacionais, ainda que limitadas.

Embora os estudos relacionados à aculturação tenham, desde o início, se voltado principalmente às questões coloniais e às resultantes do contato direto entre os povos locais e o europeu, a amplitude deste tipo de fenômeno é bem mais abrangente, e pode ser estendida tanto no sentido das interrelações entre povos europeus, quanto naquele, entre distintos grupos que ocuparam o continente americano no século XV ou mesmo a 3.000 aC..

As transformações no processo histórico dos grupos humanos nativos das Américas, produzidas pela chegada de europeus no Novo Mundo, têm sido freqüentemente mencionadas tanto em estudos históricos, quanto arqueológicos. Entretanto, no estudo das relações entre europeus e indígenas, têm merecido atenção diferenciada aquelas que envolvem os estados antigos americanos e o sistema colonial espanhol, ainda que os estudos envolvendo outros impérios coloniais, estejam sendo também desenvolvidos.

De fato, o estudo do processo de transformação do modo de vida dos grupos americanos sob influência dos sistemas culturais europeus tem mostrado resultados diferenciados. A adoção de

elementos do modo de vida europeu é bastante diferenciado entre os grupos americanos, e por vezes atinge mais efetivamente apenas parte de sua estrutura.

Pode-se observar que existe uma significativa diferença entre os contatos estabelecidos sob orientação religiosa e aqueles promovidos por leigos. Mesmo que as instituições religiosas tenham agido sob os auspícios das instituições governamentais, as diferenças de interesse, de objetivos a serem alcançados entre umas e outras, é evidente. Foi assim na orientação dos contatos dos espanhóis com as altas culturas sul-americanas, em comparação com as missões dos Sete Povos, por exemplo. Evidentemente, este exemplo abrange grupos de complexidade cultural notadamente diferenciada, e que se enquadrariam em categorias teóricas de contatos distintos. Entretanto, o processo de secularização das missões evidencia a distinção entre os objetivos de uns e de outros.

Os efeitos dos contatos através do processo de aculturação dirigida, promovido pelos espanhóis, tem sido objeto de estudo integrado de diferentes áreas. Sobretudo as missões franciscanas da Califórnia têm sido objeto de um amplo programa de pesquisa envolvendo estudos etno-históricos, antropológicos e arqueológicos. Por outro lado, não se tem estabelecido um programa de estudos especificamente voltado ao processo de mudança cultural entre os grupos americanos do sul, promovidos pela ação colonial portuguesa. A classificação esquemática do processo de aculturação nas Américas, proposta por Service (1955), está fundamentalmente

alicerçada no quadro atual das populações e sistemas culturais sul-americanos. Está voltada basicamente para o mundo espanhol da América, entretanto, muitos de seus conceitos poderão ser válidos para aplicação no mundo lusitano.

A ação portuguesa em relação aos grupos indígenas variou em seus métodos ao longo do espaço, e sobretudo ao longo do tempo. Uma sucessão de postos comerciais, militares e religiosos foram utilizados, isolada ou conjuntamente, ampliando as fronteiras do sistema colonial português. Variou ainda, em função dos objetivos buscados e da estratégia empregada nos diferentes casos. Ao que parece, a intensidade das reações ao contato, nem sempre esteve em relação direta com a proximidade física dos grupos, ou seja, não se restringiu ao contato direto entre os grupos americanos e europeus. Posey (1987), estudando a transmissão indireta de doenças européias entre grupos que não tinham sido contatados, chama a atenção para os efeitos da interferência a longa distância. Ou seja, o contato indireto, quer por via de outros grupos, quer aqueles em que os animais seriam transmissores indiretos de doenças, e que teriam promovido fortes repercussões na densidade populacional de grupos não contatados diretamente.

Embora muitos pesquisadores se tenham ocupado em estudar as consequências da introdução da cultura européia através de portugueses no Brasil, os estudos relativos ao processo de mudança cultural não foram ainda significativamente desenvolvidos.

No Brasil, áreas como a Etnologia, a Arqueologia e a

História, que tradicionalmente desenvolvem tais estudos, parece que buscaram se ater a momentos distintos entre si: a História ocupando-se primordialmente com a sociedade colonial, pouca atenção emprestando às sociedades nativas; a Etnologia centrando a atenção nas sociedades indígenas, buscando sobretudo entendê-las em si próprias; a Arqueologia em parte, voltada às sociedades indígenas e suas distribuições espaço temporais e em parte, voltada aos sítios históricos, enfocando a sociedade colonial. Tem-se ainda um pequeno número de estudos arqueológicos voltados para os contatos entre as sociedades colonial e indígena.

A PESQUISA ARQUEOLÓGICA

Os estudos de aculturação no Brasil, sob o enfoque arqueológico tem dado maior ênfase a aspectos relacionados à dispersão ou difusão de traços culturais, mormente a cerâmica, entre grupos indígenas. A questão da mudança cultural sobretudo sob uma ótica histórica, não se encontra ainda em um estágio que permita maiores inferências a nível de generalizações. Por outro lado, os estudos de arqueologia histórica, envolvendo momentos de contato entre europeus e indígenas são ainda restritos, embora um pouco mais concentrados no campo da aculturação dirigida, promovida através das missões religiosas.

O estudo arqueológico da Feitoria de Cristóvão Jaques, em se tratando de um assentamento do colonizador, aborda uma das vias do processo de aculturação. Ou seja, o processo de mudança imposto aos portadores do modo de vida europeu

sob o impacto do contato com o Novo Mundo.

O estudo preliminar da área dos Marcos para o desenvolvimento de escavações arqueológicas, foi abordado através de um trabalho comparativo entre a documentação histórica e a avaliação das condições geo-ecológicas da área. O estudo da documentação reunida, permitiu buscar-se pontos de conexão entre dados relativos à área no período da Feitoria, e a feição que apresentava no momento das prospecções.

Inicialmente, com base nas informações textuais, buscou-se avaliar, em termos das condições naturais, as áreas passíveis de terem sido utilizadas para a instalação da Feitoria.

A margem continental do canal de Santa Cruz, nome como é ainda hoje conhecido o canal que separa a Ilha de Itamaracá do continente, (rio de Pernambuco, como é algumas vezes referido na documentação histórica), representa uma costa baixa, assinalada na cartografia geomorfológica atual como sendo um terraço recente de origem marinha. As baixas cotas que apresenta e o sistema de drenagem que corta a área, transformam-na em uma área que se mostra em grande parte paludosa, povoada por uma vegetação de mangue. Por outro lado, o estudo da dinâmica litorânea permitiu a definição das áreas passíveis de terem sido utilizadas como porto. O canal propriamente dito, ou seja, a faixa de águas mais profundas, se estende aproximadamente da porção média entre a ilha e o continente à altura da barra, mantendo esta posição no sentido oeste. Este canal afasta-se do continente à altura da desembocadura do rio Igaraçu, para

em seguida aproximar-se da costa continental, em um trecho de aproximadamente 400 metros, momento em que começa a assumir a direção Norte. Nesta direção, prossegue contornando a Ilha, distanciando-se do continente. Aparentemente confusa, a sua identificação, bem como a sua navegação, inclusive por barcos de maior calado, é extremamente simples para os conhecedores da região.

O trecho do litoral em que o canal se encontra afastado da costa, tanto na Ilha quanto no continente, apresenta-se coberto por um depósito de grã muito fina, de pouca profundidade, emergindo nas marés baixas. A cartografia da época identifica estas áreas como "baixios", portanto inadequados para a aportagem.

Após o reconhecimento cartográfico/textual da área, foi desenvolvido um levantamento de campo que estendeu-se ao longo do litoral, no sentido Norte/Sul, abrangendo uma faixa de 400 metros de terra firme à borda do Canal.

Esta prospecção inicial objetivou a identificação de vestígios arqueológicos que remontassem ao século XVI, bem como a localização do marco divisório das Capitânias. Esta tarefa apresentou resultados positivos no trecho em que, do ponto de vista geomorfológico, atenderia à condição de porto buscada pelos portugueses. O desbarrancamento produzido pelas águas do Canal, punham à mostra farto material arqueológico proveniente de dois sistemas culturais distintos: o português e o ameríndio. Face a esta constatação, o local foi selecionado para o procedimento de escavações sistemáticas, que foram

realizadas em 1967, (Albuquerque, 1969, 1982, 1984).

As escavações arqueológicas revelaram, através da análise estratigráfica e do material arqueológico, que se tratava de um sítio no qual as camadas mais profundas registraram um contato interétnico que remontava ao século XVI. Um outro ponto também evidenciado com as escavações, é o fato de que a sua ocupação se prolongou pelo século subsequente, atingindo possivelmente o século XVIII, momento em que o sítio teria sido abandonado, não se evidenciando registro de uma ocupação posterior de assentamento no local.

Com base na análise do registro arqueológico, pode-se observar que, quando da chegada dos portugueses na área, o terraço sobre o qual se instalaram, apresentava uma cota mais baixa, em média cerca de 2m. Por outro lado, observou-se ainda que possivelmente este terraço se prolongava em direção ao canal, mostrando-se mais largo cerca de 5m. Em muitos pontos do terraço, o arenito que lhe servia de base se encontrava aflorante. A análise da estratigrafia do sítio, do ponto de vista da sua formação, demonstrou que a área se constitui em um local de acumulação recente, não tendo entretanto, origem marinha, como assinala a cartografia geomorfológica atual. Sua classificação geomorfológica como terraço marinho é perfeitamente compreensível, considerando-se a generalização empregada à escala em que a área foi mapeada. Entretanto, a constatação de uma origem continental do sedimento que constitui aquela porção do "terraço", assume um interesse

particularmente importante na análise do processo de instalação dos portugueses. Evidentemente, ao se analisar a distribuição vertical dos elementos do conteúdo do sítio, chama a atenção, o fato de um material arqueológico datado de cerca de 476 anos BP, esteja sob um pacote sedimentar de aproximadamente 2m, em alguns pontos. A posição de acamamento do conjunto dos artefatos naquela profundidade, exclui a possibilidade de uma migração vertical dos mesmos. Também, a correspondência entre a seqüência estratigráfica registrada para as peças, e a cronologia reconhecida para os artefatos, conduzem a afastar-se a possibilidade de que a migração vertical das peças as teria levado a descender até a profundidade registrada, que em alguns pontos atinge o arenito. Descartada a hipótese de migração das peças, há que se admitir que o pacote sedimentar se teria formado entre os séculos XVI e XX; e explicar o fator que teria levado a desencadear o incremento na velocidade do processo morfogenético.

Considerando-se alguns elementos relacionados às práticas de comportamento que podem ser inferidas através da documentação textual, pode-se admitir que a instalação do elemento europeu em uma determinada área era acompanhada por uma prática de desmatamento, seja para o uso da madeira para construção, seja para o uso de lenha como combustível, ou seja ainda para simplesmente afastar de seu assentamento "o perigo na proximidade com a mata" (Freyre, 1961). Possivelmente a aceleração do processo sedimentar que constituiu o pacote estratigráfico

do sítio, deve-se ao desencadeamento do processo erosivo das encostas que circundam a área, provocada pelo desmatamento. A diferença de coloração e de textura entre o material depositado no sítio e aquele das encostas pode ser explicada pela ação de um transporte seletivo, associado à lixiviação, processo semelhante ao que é referido para a formação da Série areias brancas (Mabesoone, 1975).

A identificação do processo de agradação da ordem de dois metros ao longo de pouco mais de quatro séculos representa uma importante contribuição da Arqueologia para a avaliação dos primeiros impactos da ação colonizadora sobre o meio ambiente americano. O estado de equilíbrio relativo, ou seja, a velocidade de modificação geomorfológica atuante na área sem interferência do elemento europeu, é de imediato transformado sob a ação dos machados de ferro que desmatam uma ampla área.

Do ponto de vista da distribuição dos artefatos, não existem evidências de que no local houvesse anteriormente um assentamento exclusivamente indígena. Ou seja, a área não corresponde ao local de habitação de grupo indígena, em período anterior à chegada dos portugueses. Por outro lado, o material que atesta a presença européia na área não aparece nos níveis mais antigos isoladamente. Os níveis mais profundos revelam em toda área escavada a coexistência de material indígena com aquele dos colonizadores. Essa coexistência se prolonga em direção à superfície, ainda que apresentando uma proporção diferenciada entre os dois

grupos de artefatos. O material de origem indígena, e aquele de origem colonial se distribuem ao longo do tempo, revelando a redução gradual do material indígena e o incremento absoluto e relativo do material colonial, até o completo desaparecimento do material indígena, antes mesmo de se atingir os níveis mais recentes.

Em termos das estruturas arquitetônicas presentes no sítio, observou-se a quarenta centímetros de profundidade a existência de um alicerce em pedra e cal. Quase toda estrutura corresponde a uma mesma unidade arquitetônica, apresentando uniformidade quanto ao material utilizado e à técnica empregada. Apenas um trecho de estrutura foi identificado como de construção diferente da primeira, mais recente. Representa possivelmente uma reforma na estrutura anterior. O material utilizado na construção da estrutura mais antiga, inclui além de pedra consolidada por argamassa de cal, fragmentos de telhas. A estrutura mais recente além do material citado inclui ainda fragmentos de tijolos. Observa-se ainda uma nítida diferenciação nas argamassas de cimentação, ainda que em ambas se tenha utilizado de cal proveniente da calcinação de conchas de moluscos. Pode-se observar conchas que escaparam à trituração, em meio da argamassa. Vale salientar que, segundo a documentação histórica, as construções portuguesas em Pernambuco, sobretudo no século XVII caracterizavam-se pelo uso da taipa e da pedra rejuntada com cal. O uso do tijolo, foi pouco significativo no conjunto, a ponto de ter sido o emprego de tijolos utilizado como elemento de distinção entre as construções holandesas e

portuguesas. Por outro lado, com base na iconografia, percebe-se que o uso da telha de barro cozido se fazia presente mesmo nas construções de taipa. A palha era ainda utilizada na cobertura deste último tipo de construção. É com a presença holandesa em Pernambuco que se difundem as construções em tijolos, que inicialmente eram importados da Europa e posteriormente produzidos em maior escala na região. Vale salientar que o mapa de Moreno, de 1609, em que relaciona as praças fortes do Brasil, assinala na Ilha de Itamaracá, uma olaria, entretanto, não faz menção à fortificação que teria sido levantada por Pero Lopes de Sousa para garantir a Feitoria. Também não menciona a Feitoria. Segundo a documentação textual, dois tipos de construção teriam sido edificadas na área: a Feitoria e o forte.

Os alicerces em ruína evidenciados pelas escavações arqueológicas não representam a totalidade da estrutura original. O alicerce da parede sul, no sentido leste-oeste foi em parte removido, bem como foi removido parte dos alicerces das paredes norte e oeste. No seu conjunto a estrutura permite identificar dois vãos de 13 e 33,75 metros quadrados respectivamente; entretanto apesar das mutilações pode-se observar que a estrutura continuava em direção ao canal. Não é possível ainda um diagnóstico seguro quanto à função da estrutura representada pelos alicerces exumados, face às mutilações que lhes foram imputadas. Entretanto, considerando-se a disposição e amplitude dos vãos, não se deve afastar a hipótese de tratar-se de um reduto. O fato dos alicerces terem sido em parte removidos, pode-se

atribuir a uma prática comum de reutilização do material de construção. Esta mesma prática pode justificar o fato de os alicerces não estarem à superfície, mas a 40cm de profundidade.

REFLEXOS DO CONTATO ATRAVÉS DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO

A análise do conteúdo do sítio arqueológico permite se inferir que por ocasião da instalação da Feitoria, o local escolhido não correspondia a um assentamento indígena. Entretanto, haveria habitações indígenas nas proximidades e possivelmente o contato entre europeus e indígenas precedeu a implantação da Feitoria. Tais contatos devem ter sido amistosos, vez que além de não haver menção nos documentos a conflitos com os indígenas, a associação entre o material indígena e o colonial já nas camadas mais antigas reflete um possível intercâmbio entre os grupos. A análise do conjunto do registro arqueológico reflete ainda alguns aspectos relacionados ao processo de aculturação. Inicialmente observa-se que existe uma uniformidade tecnológica no conjunto de cerâmica utilitária portuguesa (produzida em argila). As variações observadas se refletem apenas na incidência proporcional das formas. Não se tem indícios de que a cerâmica colonial tenha sido em qualquer momento de fabricação local, antes sugere, que tenha sido aportada da Europa. A cerâmica indígena, entretanto apresenta algumas variações em termos tecnológicos. Estas alterações não são de caráter brusco, antes se apresentam de modo gradual. São

determinadas por alterações em operações essenciais, o que resulta em uma perda gradual na qualidade do produto à medida que se prolonga o contato. Entretanto, esta perda de qualidade não reflete necessariamente uma tentativa de assimilação de padrões portugueses, seja na forma, seja na decoração. Reflete-se sobretudo através do que se poderia chamar de um declínio no esmero, na elaboração do vasilhame; a cerâmica se tornou mais grosseira.

Um outro aspecto a ser considerado em termos das relações interculturais, está relacionado à função dos vasilhames indígenas resgatados no sítio. A maior incidência recai sobre as formas de contenção de alimento sólido. São tigelas quadrangulares e circulares com decoração pintada sobre a superfície interna. A cerâmica funcionalmente relacionada ao consumo de alimentos, sobretudo de consumo individual, mostra-se com incidência pouco significativa. Estas observações permitem inferir que a presença de vasilhame indígena no assentamento português estivesse relacionado ao aporte de víveres como a farinha de mandioca, elemento base de carboidratos de grande parte do sistema da cultura de floresta tropical. Vasilhames relacionados à preparação de alimentos também estão presentes. Formas relacionadas ao consumo ou a contenção de água, tanto no conjunto da cerâmica colonial, quanto no da cerâmica indígena, praticamente não foram registradas.

A análise comparativa das vasilhas de origem indígena e colonial mostra que no período inicial do contato as formas introduzidas pela sociedade indígena, no caso, no assentamento

português, funcionalmente não se mostram complementares, ou seja, são destinadas a mesma função. O número restrito da cerâmica colonial em relação à indígena pode refletir uma certa escassez de vasilhame entre os poucos que ficaram, daí a utilização da cerâmica indígena. Pode ainda significar a presença de um número de índios junto a Feitoria, superior ao número de portugueses. Uma outra alternativa, e que foi mencionada anteriormente, seria a de que, sobretudo as vasilhas de contenção de sólidos (tigelas), viessem como "container" de alimento, não se tratando ela em si do objeto de troca, mas o próprio alimento.

Um outro aspecto a ser considerado é o fato de não se observar influências tecnológicas portuguesas na cerâmica indígena. Dois fatores poderiam ter concorrido: 1- a atividade ceramista vincula-se a uma especialização do artesanato; possivelmente o reduzido número de portugueses ali sediados não incluía um oleiro ou, mais ainda, as atividades desenvolvidas pelos portugueses na Feitoria não incluíam a elaboração da cerâmica doméstica. 2- as possíveis tentativas de aproximação da cerâmica indígena aos padrões da cerâmica portuguesa, incluíam alterações nas operações essenciais, requerendo portanto um maior período de ajuste da técnica para produzir unidades compatíveis como o processo de troca. Portanto se houve a tentativa, esta não atenderia de imediato aos padrões para serem utilizadas nas trocas.

A função de entreposto comercial desempenhada pela Feitoria, representava um primeiro passo para a integração do Novo Mundo português à economia do

sistema mundial. Este sítio, no entanto, não fornece dados diretos acerca da interferência do contato no sentido de avaliar-se efeitos sobre as culturas locais pela integração ao sistema. Do ponto de vista europeu, esta integração parece ter tido naquela ocasião um caráter bastante frouxo, flutuante mesmo, vez que encontram-se referências que dão conta de que a interação indígena se alterna entre portugueses, outros grupos das unidades do sistema europeu principalmente franceses. Esta alternância é registrada em um mesmo ponto do litoral, o que permite supor que os contatos portugueses e franceses, no caso, tenham sido estabelecidos com o mesmo grupo.

As referências textuais destacam que o principal objetivo comercial português seria o pau-brasil, "feitoria para o trato do brasil", entretanto, não teria sido este o único elemento adquirido pelos europeus.

No caso do contato com os franceses, Pereira da Costa (1985) registra que "A nau La Pelerine partiu conduzindo um importante carregamento, que montava em cinco mil quintais de pau-brasil, trezentos de algodão, seiscentos papagaios, três mil peles de animais, trezentos macacos e muitas outras bugiarias".

Entretanto registra também que "a nau entrou pela barra do rio Jussará, ou Santa Cruz, fundeou em frente à ilha de Itamaracá, e desembarcando a sua gente apossou-se da feitoria de Pernambuco, apenas guarnecida por seis homens, os quais auxiliados por alguns índios, procuraram contudo, opor-se ao desembarque dos franceses". Estas referências

oferecem duas vertentes a serem observadas. A primeira delas, o fato de "índios lutarem contra franceses" e de imediato, índios negociarem com franceses: a luta teria se dado em defesa da Feitoria, tendo sido os portugueses aprisionados (não se faz referência quanto aos índios) e o comércio estabelecido na segunda. Ao se analisar a proximidade entre os dois pontos, há que se admitir que os índios mencionados em ambos os episódios, integrariam o mesmo grupo cultural, possivelmente a mesma aldeia. Os dados etnográficos e etno-históricos referentes aos Tupi da costa, permitem supor que mais de um grupo não deveria manter-se em tal proximidade. O sistema agrícola desenvolvido pelos grupos de Floresta Tropical exige um amplo espaço territorial, não apenas para a agricultura, mas ainda para as atividades de coleta e de caça, que a completam. Deste modo, deve-se admitir que o território em áreas tão próximas não fosse ocupado por mais de um grupo, mesmo que compartilhassem o mesmo sistema cultural (diferentes aldeias de um só grupo). A ocupação de um mesmo território geraria conflito decorrente da concorrência pelos mesmos interesses. No caso de relacionarem-se a sistemas culturais diferentes, a concorrência ainda assim se evidenciaria. Ademais, são freqüentes as referências às disputas territoriais dos Tupi.

O segundo ponto que chama a atenção nos registros de Pereira da Costa, diz respeito aos produtos embarcados pelos franceses através de negociação com aqueles índios. Observa-se que são produtos que no seu conjunto não deveriam ter sido obtidos pelos índios em uma mesma região. No caso do pau-

brasil, sua dispersão geográfica é mais ampla. Entretanto, o algodão que representa um volume significativo no conjunto da mercadoria embarcada, corresponde a um cultivo de regiões menos úmidas que a Mata Atlântica. Seria este algodão proveniente do agreste ou mesmo do semi-árido. Esta questão se vincula a uma outra em termos de área de abrangência do território tribal. Mesmo admitindo-se a grande extensão territorial de um domínio tribal, referências históricas e etnográficas mostram uma multiplicidade de grupos que se distribuíam na faixa hoje abrangida pelo estado de Pernambuco, entre as zonas da mata e o semi-árido. Deste modo, há que se considerar a possibilidade de que a totalidade dos produtos trazidos para comercialização com os portugueses fosse obtida em mais de um grupo. Os produtos poderiam ser trazidos aos portugueses por cada um dos grupos, ou obtidos em cada um, através do grupo que mantinha o contato com os europeus no litoral. Em ambos os casos seria necessário que houvesse uma relação pacífica entre os grupos. No caso de aporte por apenas um grupo, se estaria evidenciando o sistema de trocas (comercialização) entre os grupos indígenas locais.

Um outro ponto que merece maiores reflexões diz respeito ao volume de mercadorias embarcadas. No caso da Feitoria servindo de entreposto, em que poderia-se armazenar os produtos, pode-se admitir uma estocagem gradual, por um período mais prolongado. Neste caso, há que se considerar a amplitude do local de estocagem, visto que esta área litorânea é úmida, sujeita a um período de chuvas em torno de seis meses.

Entretanto, no caso das embarcações que eventualmente aportavam, em se considerando que apenas um grupo em cada local fornecia os produtos da terra aos navegadores, como se poderia explicar o volume de algodão, por exemplo, que era embarcado. Tal volume seria o excedente de apenas um grupo?

A experiência portuguesa de contato com outros povos, outras sociedades, outros sistemas culturais, era à época já bastante ampla. A exploração de novas rotas marítimas, o próprio contato mercantilista os enriqueciam de experiências na abordagem intercultural. Experiências que se refletiam na capacidade de identificar e manipular os elementos culturais do grupo contatado que lhes fosse de seu interesse.

As estratégias de alianças com alguns grupos, visando o fortalecimento de seu subsistema de defesa, a adoção de elementos fundamentais do subsistema alimentar americano, como é o caso da mandioca, e até mesmo integrando o indígena ao seu subsistema de reprodução, são elementos dignos de destaque para o melhor entendimento do Sistema colonial português.

Embora que de forma incipiente, alguns dados obtidos tanto através da documentação textual, quanto através das pesquisas arqueológicas, parecem sinalizar no sentido de uma melhor compreensão deste processo intercultural.

O conhecimento do Novo Mundo, permitiu uma maior ebulição no ideário do Sistema europeu, refletido de forma direta no Sistema português. O mundo conhecido tornou-se maior. A cartografia foi

reescrita. A economia mundial foi ampliada. O Sistema americano foi completamente redirecionado em seu processamento e objetivos ao integrar-se ao Sistema mundial.

A Feitoria de Cristovão Jaques, como entreposto comercial, parece ter sido um forte elo de ligação inicial entre os dois grandes sistemas. O português ao instalar esta Feitoria parece ter obedecido a um cuidadoso estudo da ambiência. Estudo que não descurou dos aspectos hidrográficos, incluindo a localização do porto. Localização inclusive que demonstra ter havido preocupação com sua posição estratégica, tanto sob a ótica militar como do ponto de vista do suprimento alimentar local.

A Feitoria por seus próprios objetivos constituiu-se em um local nitidamente de contato entre os dois sistemas. O cotidiano deste contato não deve ter contado com um grande efetivo português, pelo contrário, parece que a fase inicial de instalação da Feitoria foi marcada por um reduzido contingente, cuja debilidade de defesa não lhes permitia fazer face aos ataques corsários.

Um importante aspecto que deve ser considerado, é o fato de que o efetivo português que instalou a Feitoria não representava uma unidade social do complexo português. Não se constituía efetivamente sequer em um segmento operacional de nenhum subsistema português, que se caracterizasse pela auto-suficiência, mesmo considerando os sucessivos contatos com naus oriundas da Europa. Ou seja, os fundadores da Feitoria não constituíam grupos familiares, religiosos, militares, que possuíssem operacionalidade funcional. Havia lacunas funcionais

em todos os subsistemas básicos. A alimentação não poderia ser suprida apenas pelo armazenamento de víveres e pelo improvável reabastecimento regular oriundo da Europa. A produção local de alimentos, através da agricultura, não parece plausível, pelo menos no início da fixação portuguesa na América, em decorrência da incompatibilidade entre seus conhecimentos agrícolas, com base na experiência ibérica, e a nova realidade edafo-climatológica encontrada nos trópicos americanos. A defesa do local ocupado não teria sido possível caso tivesse havido uma recepção hostil por parte dos indígenas. Seria pouco provável que uma dúzia de homens, equipados com armas portáteis de carga avante, portanto de difícil e lento remuniamento, conseguisse contrapor-se aos numerosos guerreiros indígenas, mesmo que armados com os recursos bélicos compatíveis com o nível tribal.

Do ponto de vista da sociedade indígena, os contatos comerciais desenvolvidos com os europeus no início da colonização, necessariamente promoveram alterações em seu sistema. Estas alterações possivelmente não se restringiram ao nível do grupo efetivamente contatado, mas provavelmente estenderam seus reflexos a pelo menos parte do sistema americano. Ora, se havia um fluxo de produtos de intercâmbio entre os grupos, se a amplitude territorial se estabelecera com base nas necessidades dos grupos, na sua capacidade de explorar e garantir seu domínio, a entrada no sistema de um novo fator a demanda européia dos produtos da terra exigiria necessariamente uma nova ordem de fluxo ou mesmo,

talvez, de domínio territorial para a aquisição dos produtos a serem negociados. Forçaria novas relações de trocas entre os grupos e possivelmente ainda uma alteração no quadro dos produtos procurados e do próprio volume destes produtos. A própria ordem interna do grupo contatado seria necessariamente afetada, possivelmente através de no mínimo uma reorganização das funções individuais. Esta reorganização afetaria secundariamente as relações entre os diferentes subsistemas do grupo, promovendo possivelmente um maior afluxo de energia para os subsistemas mais diretamente envolvidos com o contato.

Os estudos voltados aos processos de aculturação via de regra preocupam-se inicialmente com o levantamento das formas de contato. Grande parte dos estudos relativos aos contatos interétnicos nas Américas, centra suas atenções nos efeitos produzidos pelo impacto da cultura européia sobre os grupos indígenas. Este, entretanto, não é exatamente o caso do estudo arqueológico desenvolvido na área dos Marcos. Evidentemente os dados obtidos através deste estudo deverão servir também para o entendimento das reações produzidas pelo contato com o europeu na sociedade indígena; entretanto, o objeto deste estudo é um assentamento europeu em que se tem registro dos primeiros contatos com os grupos locais. Deste modo, ao contrário dos registros em termos dos impactos produzidos na sociedade local, tem-se, neste estudo, o registro das resultantes produzidas pelo contato interétnico na representação da sociedade européia (portuguesa, no

caso) assentada no Novo Mundo. Evidentemente esta representação, no caso dos primeiros contatos, da Feitoria em si, é uma representação extremamente fragmentária. Na realidade não representa a sociedade portuguesa da época, mas apenas um pequeno segmento, que necessariamente não poderia representar o conjunto das instituições, das funções desenvolvidas, das atividades, dos subsistemas enfim, que integravam a sociedade portuguesa à época. Por outro lado, também necessariamente alguns subsistemas estariam aí presentes; assim como a ideologia que os integrava.

Mais que uma relação estritamente comercial, no sentido de aquisição de artigos para o mercado europeu, o contato entre europeus e indígenas neste primeiro assentamento colonial parece se ter estabelecido em condições muito especiais de uma certa dependência do sistema americano.

Este trabalho, longe de pretender ser conclusivo, caracteriza-se mais pelo seu caráter inquiridor. As observações dele decorrentes, trazem naturalmente novas dúvidas, bem como a certeza da necessidade de um direcionamento das preocupações no sentido de um maior entendimento do processo de fixação do Sistema colonial português, integrante do Sistema Mundial e integrador do Sistema Americano à nova ordem sistêmica que se instalava.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Marcos. **CONTATO EURO-INDÍGENA NO NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO.** Recife,

- Dissert., Universidade Federal de Pernambuco, 1984, 154p.
- _____. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO PE 13-LN. UM SÍTIO DE CONTATO INTERÉTNICO. **Pesquisas**, Antropologia 20:79-91. São Leopoldo, 1969.
- _____. SUBSÍDIOS AO ESTUDO ARQUEOLÓGICO DOS PRIMEIROS CONTATOS ENTRE OS PORTUGUESES E OS INDÍGENAS DA TRADIÇÃO TUPIGUARANI NO NORDESTE DO BRASIL. **Clio**, Revista do Curso de Mestrado em História, (5):105-116. Recife, 1982.
- FREYRE, Gilberto. **NORDESTE**. 3a. edição, Rio de Janeiro, 1961, Livraria José Olímpio.
- GONSALVES DE MELLO, José Antônio. A FEITORIA DE PERNAMBUCO (1516-35) E O REDUTO DOS MARCOS (1646-54). Separata da **Revista Estudos Universitários**. 1969 (1), 1969.
- _____. **TEMPO DOS FLAMENGOS**. 3a. edição, Recife, Editora Massangana, 1987.
- HOOVER, Robert L. SPANISH-NATIVE INTERACTION AND ACCULTURATION IN THE ALTA CALIFORNIA MISSIONS. **Columbian Consequences: Archaeological and Historical Perspectives on the Spanish Borderlands West** (vol.1), 1989, David Hurst Thomas, ed., Smithsonian Institution Press. (Chapter 24, 395-406).
- MABESOONE, J.M. **SEDIMENTOLOGIA** 2a. edição. Recife, Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **ANAIIS PERNAMBUCANOS 1453-1590**. Fundarpe (Col. Pernambucana 2a. fase, 2) 1985.
- POSEY, Darrell A. CONTACT BEFORE CONTACT: TYPOLOGY OF POST-COLUMBIAN INTERACTION WITH NORTHERN KAYAPO OFF THE AMAZON BASIN. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Antropologia vol. 3 (2):135 a 154, Belém, 1987.
- SERVICE, E. R. INDIAN-EUROPEAN RELATIONS IN COLONIAL LATIN AMERICA. **American Anthropologist**, 1955, pp. 411-25.

* Prof. Dr. do Dep. História
Coord. do Laboratório de Arqueologia (UFPE)

HISTÓRIA REGIONAL E IDEOLOGIA

FABÍOLA LINS CALDAS*

Resumo

Como regional entende-se uma visão que apreende a parte como todo, a parte como auto-explicativa, racionalidade que se basta, às vezes, somente com uma referência à totalidade. Essa mesma parte, normalmente, é esvaziada por ser concebida como modelo de “História de segundo grau”, História ainda positivista e com defeitos mais que visíveis dentro da órbita de deformação do Estado; esvaziada por ser e conter somente uma visão esquemática daquilo que se considera como “história”, mas que, na verdade, não passa de preconceito em forma de uma narrativa objetificada.

Palavras-Chave: Regional, História e Preconceito.

Abstract

As regional he/she understands each other a vision that apprehends the part as all, the part as self-explanatory, rationality that has enough, sometimes, only with a reference to the totality. That same part, usually, it is emptied by being conceived as model of " History of second degree ", History still positivista and with defects inside of the orbit of deformation of the State; emptied by to be and to contain only a schematic vision of that that is considered as " history ", but that, actually, it doesn't pass of prejudice in form of a narrative objetificada.

Key-Words: Regional, History and Prejudice.

A História, como filosofia do humano, interpretação e compreensão do presente enquanto espessura viva, que inclui o tradicional presente-passado, é incompatível com uma “concepção regional”.

Como regional entende-se uma visão que apreende a **parte** como **todo**, a **parte** como auto-explicativa, racionalidade que se basta, às vezes, somente com uma referência à **totalidade**. Essa mesma **parte**, normalmente, é esvaziada por ser concebida como modelo de “História de segundo grau”, História ainda positivista e com defeitos mais que visíveis dentro da órbita de deformação do Estado; esvaziada por ser e conter somente uma visão esquemática daquilo que se considera como “história”, mas que, na verdade, não passa de preconceito em forma de uma narrativa objetificada.

A **história** não é um lugar, não é a confluência de lugares ou “tempos passados” que se possa visitar: é interpretação das espessuras vivas do humano: então como podemos, não somente **visitar lugares históricos**, mas, principalmente, como podemos escrever sobre esses “lugares” e “fatos”? Escreve-se, estranhamente, sobre um tipo de concepção histórica, uma História positivista e de segundo grau tornadas coisa pública, monumentos da nação, orgulhos do Estado, corporificações ideológicas desse mesmo Estado, fatos patentes como se fossem realidade e não construção teórica sobre determinado e polifônico vivido. Todos vibram por terem se realizado novamente assim personificados. Essa “história” é apenas fetiche de plástico,

mercadoria de determinada visão do mundo.

Como “história” regional entende-se as “comunidades simples”, os “menos complexos”, os “intocados pela civilização”, as “pequenas cidades”, as “Povoações afastadas”, as “pequenas histórias de pessoas”: a história regional é o lugar ideal para as visões de história onde somente “os grandes existem”, ao mesmo tempo e como reação, concebe-se como “História do pequeno”, como vingança: todas as duas são deformações de uma visão ideológica.

Para essa “história” concebe-se determinado **estilo** e certa maneira de **narrar**. Esse **estilo narrativo** podem ser encontrados em praticamente todo o país.

Como **estilo** entendemos aqui a inflexão do autor ao “contar certa coisa que todos esperam ser como deve ser”; uma maneira de contar que poderia ser pessoal, mas que corresponde ao esperado “história regional”.

Esse **estilo** é, em primeiro lugar, pessoal em termos de vivência sabida do autor na **comunidade**: ele torna-se elemento da sua própria escrita; é apontado como “o historiador da cidade”; sua “história” se mistura com a “história do lugar”: foi ele quem a fez existir, quem a valorizou e a fez ter valor.

Em segundo lugar, ele “conta como deve contar”. Sua maneira corresponde àquilo que ele conhece e interpreta como “texto e estilo histórico”, normalmente textos de segundo grau ou narrativas “jornalísticas”. É um **estilo** decorrente da maneira “popularesca” de contar e respeitar como verdadeiro artigos de jornal ou a simples oralidade sem nenhum tratamento historiográfico: não é

uma “narrativa do povo”, mas uma narrativa intelectualoide, emproada e vazia, servindo, normalmente, como forma primária de “poder local”: um tipo de identidade como forma de poder.

Em terceiro lugar, estabelece “como tendo existido” certa concepção de tempo, linear e evolutiva, onde “a cidade hoje” é o resultado mecânico da “cidade de outrora”. Onde as pessoas de hoje vão aparecendo como foram seus pais e avôs: é história de uma comunidade ou de uma classe em busca de identidade, mas através dos olhos daqueles que dissolveram sua identidade, através dos mesmos mecanismos que apagam a real consciência advinda do encontro real de identidade: essa “história” apaga ainda mais os caminhos de uma consciência em vez de os clarificar.

Essa maneira de narrar passa, quase inteiramente, para uma **nova história regional**. Essa **nova história regional** é feita em grande parte não mais por “amadores” mas por profissionais que “continuam a tradição” de um tipo de “História positivista”. Essa **passagem** é feita porque os elementos fundantes da História Regional fazem parte tanto de uma concepção acadêmica sobre História quanto de uma **concepção popularizada** do que é ou deve ser a história e a História. O que se **descreve** não é a “**vida da comunidade**”, mas aquilo que se considera como sendo “a história dessa comunidade”.

Ou o **texto historiográfico** é a “voz do historiador”, sem que haja “outras vozes”, ou as “vozes dos entrevistados” é objetificada e sacrificada ao texto e à voz do historiador. De qualquer maneira, o

que prevalece é uma visão ao mesmo tempo ideológica e coisificante. Não há a comunidade, o povo, o regional, mas uma concepção estreita ao mesmo tempo, de história, de História, de tempo, de sociedade, de fato, de texto historiográfico. Ao pensarmos que a História Regional é a história em termos do menor tamanho (o regional), estamos caindo nas malhas ideológicas de uma concepção maior e mais deformante da lógica que deforma e põe tudo em suas mãos, que é a lógica do capital e seu processo castrativo.

A História Regional não é a história de um lugar, de um grupo de pessoas, de uma comunidade, a história de uma confluência de lugares, mas modelo e estilo, forma e conteúdo de uma ideologia. Não se refere ao real mas ao que se considera história.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Myriam Moraes Lins de. **MEMÓRIA E FAMÍLIA**. Estudos Históricos, Vol. 2, Nº 3, p. 29-42, Rio de Janeiro, 1989.
- BECKER, Bertha K. **AMAZÔNIA**. Editora Ática, Série Princípios, São Paulo, 1990.
- BOSI, Ecléa. **MEMÓRIA E SOCIEDADE: LEMBRANÇAS DE VELHOS**. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.
- CALDAS, Alberto Lins. **HISTÓRIA E MÉTODO**. UFRO/DEP. DE HISTÓRIA/CEI, Nº 8, ANO II, PORTO VELHO, NOVEMBRO, 1995a.
- _____. **O PAPEL SOCIAL DA HISTÓRIA**. UFRO/DEP. DE HISTÓRIA/CEI, Nº 9, ANO II, PORTO VELHO, NOVEMBRO, 1995b.
- COLLIN, Laura. **HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE**. In: Revista CUICUILCO, p. 30-38, México, 1990.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **HISTÓRIA ORAL E TEMPO PRESENTE**. In: (RE)INTRODUZINDO HISTÓRIA ORAL NO BRASIL. José Carlos Sebe Bom Meihy (org.). Xamã, São Paulo, 1996b: 11-21.
- GALVÃO, Eduardo. **ENCONTRO DE SOCIEDADES**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. **TRABALHANDO COM FONTES ORAIS**. Cadernos de Metep, DFE/CCH/UEM, Ano4, Nº 3:1-33, 1991.

- HALBWACHS, Maurice. **A MEMÓRIA COLETIVA**. Vértice, São Paulo, 1990.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **HISTÓRIA E MEMÓRIA OU SIMPLEMENTE HISTÓRIA ORAL?** Anais do Encontro de História e Documentação Oral, 5-11, UnB, Brasília, 1993.
- _____. **MANUAL DE HISTÓRIA ORAL**. Loyola, São Paulo, 1996a.
- PINTO, Emanuel Pontes. **RONDÔNIA, EVOLUÇÃO HISTÓRICA**. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1993.
- SOUZA, Márcio. **BREVE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA**. Editora Marco Zero, São Paulo, 1994.
- WAGLEY, Charles. **UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA**. Itatiaia/USP, São Paulo, 1988.

* Prof^ª. de História/pesquisadora do Centro do Imaginário Social

A LEITURA

Alberto Lins Caldas *

Resumo

A leitura de um texto não pode esquecer que ele é procurado por algo que nos falta: nos falta o diálogo que revele nossa discordância, confirme nossa voz, sustente o não que ainda desconfiamos frágil. Mas esse procurar é encontrar o outro e encontrar a alteridade é necessariamente confirmar eu mesmo. Mas não todo eu: a leitura e o outro enquanto texto são sempre pouco: discordo do outro naquilo que já era intuição viva de mim mesmo, naquele ponto que era quase nada no outro e para mim é o esforço de criar eu mesmo apesar do outro e dos poderes.

Palavras-Chave: Texto, Alteridade e Leitura.

Abstract

The reading of a text cannot forget that he is sought by something that in the lack: in the lack the dialogue that reveals our disagreement, confirm our voice, not sustain him/it that still distrusted fragile. But that to seek is to find the other and to find the alteridade it is necessarily to confirm me even. But not all me: the reading and the other while text is always a little: I disagree of the other in that that was already alive intuition of me same, in that point that was almost anything in the other and for me it is the effort of creating me even in spite of the other and of the powers.

Key-Words: Text, Alteridade and Reading.

O ato de ler é, antes de tudo, ação destrutiva. É precisamente por essa característica que existe a possibilidade da leitura: é o resultado do choque de singularidades, de modos de ver e sentir. A resultante desse choque é sempre contra-texto, contra-ver, contra-sentir, um contra-criar. Concordar com o texto é trai-lo e é, antes de tudo, trair-se.

Quem procura a leitura de um texto não pode esquecer que ele é procurado por algo que nos falta: nos falta o diálogo que revele nossa discordância, confirme nossa voz, sustente o não que ainda desconfiamos frágil. Mas esse procurar é encontrar o outro e encontrar a alteridade é necessariamente confirmar eu mesmo. Mas não todo eu: a leitura e o outro enquanto texto são sempre pouco: discordo do outro naquilo que já era intuição viva de mim mesmo, naquele ponto que era quase nada no outro e para mim é o esforço de criar eu mesmo apesar do outro e dos poderes.

Ler é discordar do poder e da autoridade. O escrito carrega sempre com ele a autoridade que tem como função invisível desacreditar aquilo que sou. No dizer do outro se reproduzem todas as hierarquias sociais. Só diz quem pode dizer; se diz, devo então escutar; para escutar não devo então me ouvir: ouvir através da leitura é não se escutar. A leitura torna-se suspensão de ser. Ler, deixando o outro falar enquanto calamos e porque calamos, é respeitar sua existência não enquanto homem, mas enquanto texto: deixamos de existir não por alguém mas por algo. Como a existência do texto é eterno monólogo, calar-se diante dele, ao

lado dele ou dentro dele, que é o ato de ler, estamos abdicando da verdadeira essência do ser homem: e a leitura cessa, esgotada em si mesma, transformada em informação, traição viva da voz do outro, do próprio outro enquanto homem e de nós mesmos na totalidade de ser.

Ler é confirmar o humano em nós através do diálogo: só negando o outro podemos confirmá-lo e nos confirmar, transformar a não-leitura em leitura: aquilo que antes é só possibilidade torna-se, através de mim e por mim, realidade. A leitura transformada em algo-a-nos-ser-dito, algo que nos ensina, gera uma dicotomia coisificante e destrutiva. Ler não é reflexo do estudar, que é um se render, um se entregar: a leitura não forma, não especializa, não ensina: a leitura é ação criadora do leitor: ele cria o outro porque está se criando e só porque está se criando é que faz o texto, a voz do outro, existir.

A leitura é luta onde se o vencedor não formos nós abre-se o caminho para o saber enquanto erudição (que é somente subproduto da memória), mas mata-se o caminho da criação: criar é ato contínuo de negação e destruição. A leitura é diálogo negativo, diálogo contra, diálogo de reafirmação e construção da interioridade. A cada momento da leitura precisamos estar atentos para essas múltiplas vozes em luta onde um saber-já-dito tenta novamente se dizer. No entanto passar por ele é fundamental: a leitura é sempre um dizer antigo camuflado de um dizer-agora. Desdizê-lo é ler: somente há leitura nesse negar.

A leitura é diálogo de discordância. Sem discordância não há entendimento. Mas na leitura não

há verdadeiro e possível entendimento: ou saio ganhando ou não há leitura: se não destruo o outro, se não o devoro (não no sentido oswaldiano, que é ainda aceitar o jogo, aceitando o outro como o servo aceita o senhor), não existem nem eu nem a leitura. Mas a leitura é também diálogo amoroso: se não me considero, de saída e no mínimo, igual ou superior sou devorado como um louva-deus macho pela fêmea-leitura, que esconde, na verdade, um poder: o poder do senhor: a lógica da leitura reproduz as lógicas em ação no mundo: a inocência ou a culpa da leitura esconde os poderes que escondem e traem: a singularidade se faz contra a leitura: que é o mesmo que ser contra o mundo.

A razão da leitura é a luta para ser, para tornar-se. A construção da singularidade rege a leitura, porque não há singularidade sem o combate diuturno contra os outros: a leitura faz parte desse combate. Quanto mais autenticidade e coragem nessa construção, mais autêntica a leitura. Ler é dizer-se enquanto nego: enquanto me faço e só porque me faço. A ficção seria um dos acessos ao ser do homem na medida em que poderia ajudá-lo a construir-se. Mas essa esperança não se realiza: à ficção não importa se o homem é bom ou perverso: não há ética nem na ficção nem no texto: não forma ninguém, não ajuda a nos melhorar ou piorar: é a masturbação sagrada: de quem lê e de quem escreve: ao verdadeiro leitor e ao verdadeiro escritor não interessa a verdade ou mesmo a realidade: a ficção não ensina. Cria e descreve o humano sem preocupar-se em salvá-lo. A ficção não torna nenhuma sociedade melhor. Sua realidade extrapola a temporalidade

social e sua moral limitada: nela, o homem é sempre um inimigo a derrotar: é a linguagem em forma de sedução: como se houvesse outra forma de ser da linguagem. Através da sombra viva do humano aprendemos a nos conhecer, a nos combater.

A linguagem é uma das características do homem e o constitui, nada escapando a sua apreensão: a ficção é a tentativa de superação dos limites da linguagem, logo, do próprio homem. Sem essa superação ela não acontece: é a instauração da negatividade: é a palavra utópica por excelência. É contratempo: um além da história que realiza o demiúrgico que caracteriza o homem: seu tempo é somente falsamente histórico: prisioneira da história a ficção estaria fadada a ficar no tempo do seu presente, objetificada enquanto fóssil, importando apenas por sua condição de "documento menor". Ela não instaura nem o visível nem suas possibilidades, mas o inexistente que passará a fundamentá-lo e explicá-lo, norteador a origem desse visível, interferindo como palavra e visão negativa.

Ficção não é contar uma história mas criar os fundamentos da negatividade: é criar a história. Não é "história paralela" nem "história futura": mas movimento da singularidade em busca dos rios demiúrgicos do homem: não é fuga mas encontro: não é deixar-se mas devorar que não se sacia enquanto não funda um universo que resgate e crie o homem inteiro: sua loucura é o homem e a impossibilidade em salvá-lo: a ficção é o desespero da batalha que nenhuma mercadoria pode conter ou delimitar: êxodo do ser em busca do ser que o saciasse além do tempo dentro do tempo, sal-

vando-o da decomposição do ser como tempo: grito desesperadamente mítico contra a história. O avesso da memória: derrota do vivido e vida do sonho concreto.

No além da linguagem e do visível a ficção não instaura formas mas a essência do mito, sua substancialidade universal: seu ser é símbolo e alegoria: não a alegoria como espelho do interno invisível mas a apresentação do grotesco demiúrgico. A leitura de ficção, da verdadeira e grande ficção (a única que existe), exige um se entregar: a ficção nos exige um negar e um amar, um destruir e um criar, um aceitar e um reviver. A ficção é leitura que podemos concordar sem nos ferir, sem nos objetificar: a ficção é leitura onde o poder não se esconde, não nos dilacera, não nos engana. Nos chama a sermos nós mesmos, a ver o outro como alguém vivo e inteiro, onde o humano ainda sobrevive. Onde a voz do outro não nos sufoca: nos acalenta.

Sua existência confirma meu existir, confirma meus propósitos. Mas não devo ser tão inocente assim. Aquilo que é verdadeiro para a leitura em geral também vale para a leitura de ficção. Mas as vozes não se dilaceram, não competem: posso perder e ainda saio ganhando.

Mas a grande ficção exige mais que leitura de passatempo, leitura sem compromisso com o ser-que-se-constrói. Sem esse compromisso não-dito a ficção deixa de existir e tudo se iguala, tudo se relativiza: a ficção define e a leitura não acontece. Sem coragem de ser a ficção não se realiza nem enquanto leitura nem enquanto criação: sem o meu ato criador, que é a leitura, não há a criação do autor, não há o autor nem o livro.

Não há homem sem leitura. Abre-se então a leitura para um além-do-papel: é constituição do ser enquanto criação destrutiva. Só podemos ler o mundo através da construção-do-ser. Sem essa construção, sem esse ir-se construindo, não há entendimento, mas derrota.

Ler é criar consciência do projeto que somos nós: criar o outro, a voz do outro, é aprender a ouvir a nossa voz, a sabê-la existente: sentir seu contorno, seu calor, as nuances que a faz ser o que não é, ser o que deveria ser, ser aquilo que sonhou: compreender suas vozes e murmúrios como se tudo fosse uma grande e mesma voz: saber os sentidos e significados que é a identidade mais íntima de nós mesmos. Sem essa voz primordial não há leitura, não há o outro, não há o mundo: nada que valha a pena. Sem a mais íntima coragem de criar não há leitura: há, na verdade, pantomima: o outro deixou-nos uma sombra, armadilhas, voz cristalizada e sem calor, sem realmente ninguém para pronunciá-la: a leitura é labirinto onde podemos nos perder ou nos ouvir: os lábios da leitura são os nossos, a carne imaginária é a nossa: e os nossos ossos e olhos, e o nosso sexo e nosso irremediável cansaço.

A verdadeira leitura é a ponte entre dois criadores, entre dois mundos imaginários: toda leitura é simbólica: é o campo de batalha entre duas vidas: uma definida, infinita em possibilidades por sua informe existência, e a outra em indefinições, caos profano de pura sacralidade, definição e agonia, abertura vital para ser. Mas o simbólico da leitura não está nas palavras murmuradas ou nas palavras de tinta: está na ação

construtiva do sujeito enquanto cria e recria e descreve o texto: o simbólico é o homem agindo como homem diante daquilo que o nega: toda a simbologia da leitura sai da ação negativa da criação.

A nossa criação depois da leitura continua com todas as precariedades da vida, com todas as fraquezas e covardias: nossa vida é tentar manter as conquistas da criação e criar infinitamente até a inadiável destruição; a destruição do outro, provocada por nossa leitura, se desfaz e potencializa-se em outras futuras leituras: ler é anteceder outras destruições: como a virgindade das deusas, sempre se renova o texto para infinitas destruições: sem a nossa leitura, sem a nossa vida para reinterpretá-lo, ele simplesmente não existe, ou no melhor dos casos, fica em suspensão, à espera, mas uma espera que é um não-existir.

É a nossa autenticidade, pois a nossa interioridade é única, que mantém o texto vivo: abdicar de nós mesmos é matar o texto, matar perspectivas que somente a nossa vida poderia desvendar, doar, extrair e criar do texto: sem nós, sem o alento vital que somos nós, ele é pura pobreza, delimitação temporal: estática textual refletindo nossa ausência, pobreza ou covardia: somente um metafísico não texto.

A função da leitura é descentrar e desmobilizar a função: não há uma função da leitura: lemos para superar a quem lemos e nos superar: lemos para desdizer e contradizer e principalmente para nos contradizer: lemos porque sabemos ser mais que aquele que lemos: nossa interioridade ri da coagulada interioridade em forma definitiva: podemos mais, queremos ser-mais: até nos tornarmos também

texto: lemos para nos tornar texto: a meta da leitura é morrer em fluxo de texto: não suportamos a simples existência da interioridade: precisamos da fixidez das palavras no papel. A leitura é a ante-sala da escrita, que é o inverso, o reverso, o contraverso da leitura: a leitura é prazer de ser e de se tornar: escrever é a dor de haver se tornado.

Mas então a leitura não pode ser prazer: não há prazer em lutar-para-ser ou para tornar suportável a solidão e a morte: é um destruir irreparável, um não ouvir, não respeitar, não parar e se consumir. A criação da leitura reproduz a agonia de ser incompleto: ler é tentar construir aquilo que falta: mas a leitura é incompleta também: incompletos nós mesmos, a leitura, o texto: resta-nos criar o texto que nos diga, que nos imponha, que grite aquilo que falta nos outros textos: nós mesmos: jamais estamos no texto que é lido: por isso lemos, por isso escrevemos: mordemos nossos pés e nos devoramos até a nuca, sonhando o vazio: a leitura é esse morder tautológico, esse construir no construído, essa subjetividade na subjetividade objetiva.

A leitura e a escrita são redes simbólicas da solidão: lemos e escrevemos por nós e para nós mesmos, o resto é desculpa de mercador: ler e escrever é conversa com nós mesmos: os outros se metem por que estão tão incompletos quanto nós mesmos e pensam que lendo solucionam esta incompletude radical e absolutamente essencial. A vaidade de publicar não se confunde com a leitura nem com a escrita: são mundos à parte: o ler e o escrever tem muito pouco a ver com o mundo.

A leitura é inútil: mas poucas coisas são mais importantes: é o espelho do demoníaco que nos cria criando o mundo.

***Prof^o Ms. do Depto. de História - UFRO**

RONDÔNIA: OCUPAÇÃO E AMBIENTE

DORISVALDER DIAS NUNES *

Resumo

Embora grande parte do território amazônico estivesse sob domínio espanhol, a prioridade para incursões exploratórias estava centrada na busca do ouro andino. Só a partir de 1539, os espanhóis organizaram uma expedição sob o comando de Gonzalo Pizarro, cujo objetivo era desbravar as terras de oeste para leste até chegar ao oceano atlântico. Ao atravessar a cordilheira andina a expedição sofreu muitas baixas face às dificuldades impostas pelo cenário natural, de sorte que, num dado momento, o grupo expedicionário se dividiu, devendo apenas um grupamento menor seguir adiante; este estava sob o comando de Francisco Orellana. Talvez Orellana não tivesse noção de seu feito, mas a verdade é que a Amazônia estava sendo efetivamente conhecida e, em 24 de agosto de 1542, ele chega ao Atlântico.

Palavras- Chave: Território, Amazônico e Domínio.

Abstract

Although great part of the amazon territory was under Spanish domain, the priority for exploratory incursions was centered in the search of the Andean gold. Only starting from 1539, the Spaniards organized an expedition under Gonzalo Pizarro's command, whose objective was to tame the west lands for east to arrive to the Atlantic ocean. When crossing the Andean cordillera the expedition it suffered many you lower face to the difficulties imposed by the scenery natural, lucky that, in a die moment, the expeditionary group became separated, just owing a smaller grupamento to proceed ahead; this was under Francisco Orellana's command. Perhaps Orellana didn't have notion of your fact, but the truth is that the Amazonian was being known indeed and, on August 24, 1542, he arrives to Atlantic Ocean.

Key-Words: Territory, Amazon and Domain.

O processo de ocupação em Rondônia pode ser traçado a partir de alguns recortes históricos, confundidos até com o movimento das grandes navegações, pós-conquistas Ibéricas.

O tratado de Tordesilhas, que dividia o "novo" continente entre as coroas de Portugal e Espanha, estabelecia que quase toda a Amazônia, inclusive o atual Estado de Rondônia, pertencia à Espanha.

Embora grande parte do território amazônico estivesse sob domínio espanhol, a prioridade para incursões exploratórias estava centrada na busca do ouro andino. Só a partir de 1539, os espanhóis organizaram uma expedição sob o comando de Gonzalo Pizarro, cujo objetivo era desbravar as terras de oeste para leste até chegar ao oceano atlântico. Ao atravessar a cordilheira andina a expedição sofreu muitas baixas face às dificuldades impostas pelo cenário natural, de sorte que, num dado momento, o grupo expedicionário se dividiu, devendo apenas um grupamento menor seguir adiante; este estava sob o comando de Francisco Orellana. Talvez Orellana não tivesse noção de seu feito, mas a verdade é que a Amazônia estava sendo efetivamente conhecida e, em 24 de agosto de 1542, ele chega ao Atlântico.

Obviamente essa expedição estabeleceu uma "rota mercantil" que viabilizou o adentramento de outros aventureiros europeus (ingleses, holandeses, franceses e portugueses) em terras espanholas, que buscavam entre outras coisas, a riqueza através do ouro, prata e pedras preciosas (COLLYER, 1980).

Mas foram principalmente os portugueses que implementaram o processo de ocupação da Amazônia

utilizando-se de três estratégias: a primeira relacionava-se à questão jurídico-política que, alicerçada pelo Tratado de Madrid (1750), garantia a posse da terra pela ocupação. Associado a isso, estava também a construção de fortificações militares, a exemplo do Forte Príncipe da Beira, cuja pedra fundamental de sua construção fora lançada em 20 de junho do ano de 1776 (LISBOA, 1990). A segunda era de cunho "religioso", pois os missionários tiveram papel importante na fundação de vilas e no "amansamento" dos nativos, trabalho este que era justificado pela pregação da "boa nova", no processo de catequização. Finalmente, a de cunho econômico implementada principalmente pelos bandeirantes paulistas que buscavam ouro no interior do País (em Rondônia tivemos a presença de Raposo Tavares), e daqueles que buscavam as "Drogas do Sertão" (CARDOSO; MULLER, 1978; MEIRELES FILHO, 1986; SALATI et al., 1983).

Os ciclos econômicos da Borracha também tiveram seu destaque no processo de ocupação da Amazônia e, particularmente em Rondônia, quando no fim do século XIX, em torno de 80 mil retirantes Nordestinos aportaram no que hoje é o estado de Rondônia, consequência do problema referente à posse da terra e das áreas de ocorrência do semi-árido do Nordeste, associado ainda ao advento do primeiro ciclo da borracha. E como em outras áreas da Amazônia, os nordestinos, em particular os cearenses, penetraram os vales do Rio Madeira, Guaporé, Ji-Paraná, Machado, Jamari e Candeias (MESQUITA ; EGLER, 1979).

Para Rondônia, não só os ciclos da borracha mas, principalmente, o empreendimento da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, fruto do Tratado de Petrópolis (1903) celebrado entre o Brasil e a Bolívia, foi determinante no processo de ocupação, num momento em que se verificava o declínio da borracha no comércio amazônico que basicamente estava circunscrito a Manaus e Belém, cidades mais importantes na época. Deve-se ressaltar que a expansão e retração demográfica na região esteve associada à ascensão e declínio da produção gomífera, o que de certa forma explica o período de estagnação 1920 a 1950 que caracterizou a economia na Amazônia (CARDOSO; MULLER, 1978).

Foi no bojo das tentativas de diversificação da economia amazônica e do redimensionamento geopolítico da Região, que surgiu o Território Federal do Guaporé em 1943, através do Decreto Lei nº 5.812 de 13 de setembro do mesmo ano, durante o governo Getúlio Vargas, ato que configurou as atuais dimensões territoriais do Estado. Naquele período vivenciava-se a retomada da atividade extrativa do látex e em seguida o seu declínio em função do término da Segunda Grande Guerra.

Obviamente os possíveis impactos ambientais, decorrentes do processo histórico de povoamento descrito, são desprezíveis se comparados aos que se verifica na atualidade.

Em 1956, no governo do então presidente Juscelino Kubitschek, o território do Guaporé passaria a se chamar Território Federal de Rondônia pela Lei nº 2.731 de 17 de fevereiro de 1956.

Até aquele momento Rondônia, bem como a maior parte da região amazônica, encontrava-se numa quase total estagnação em termos das atividades econômicas, apesar das tentativas do governo de incrementar as atividades na região (BAHIANA, 1991).

Foi com o início da lavra da cassiterita na década de 50, que se observou o incremento da atividade garimpeira, que de certo modo deu nova movimentação ao crescimento demográfico do então Território Federal. A garimpagem era manual e segundo SILVA (1984:111): "... o período áureo da garimpagem manual nesta região situa-se entre os anos de 1968 a 1972". Contudo a garimpagem manual teria seu fim através da portaria ministerial nº195/70, que determinou a proibição da garimpagem manual, no sentido de que a extração do minério fosse feita de forma mecanizada através de empresas. Essa atitude do Governo trouxe graves problemas sociais e econômicos, entre os quais a queda brusca de circulação de dinheiro no comércio local e o elevado número de desempregados.

No Governo Kubitschek observa-se o início do plano de integração da Amazônia ao restante do território nacional, com o chamado "Plano de Metas", implementando a construção de estradas e consequentemente o escoamento de minérios, a exemplo da cassiterita. Este plano também estabeleceria durante o governo JK, negociatas em torno do mercado do minério de ferro, com a ampliação da tonelada a ser exportada, fruto de investimentos internacionais, legitimando a tutela dos bens minerais do Brasil, em especial da Amazônia, para governos

estrangeiros, a exemplo do Governo norte-americano (OLIVEIRA, 1991).

Durante a década de 70, quando a BR-364, ainda não asfaltada, foi condicionada para tráfego permanente, as ações governamentais se fizeram mais contundentes no Estado. Dentre as iniciativas mais importantes, destacam-se a implantação e implementação dos projetos de colonização PIC- Projeto Integrado de Colonização e PAD- Projeto de Assentamento Dirigido.

A rodovia Cuiabá-Porto Velho notabilizou-se por ser uma importante artéria de acesso a Rondônia e à Amazônia Ocidental. Verifica-se a partir desse momento o incremento do fluxo migratório que era induzido por propagandas governamentais informando sobre o "novo eldorado", informações estas lastreadas pela ideologia da segurança nacional, levada a efeito pelo regime dos governos militares. Do ponto de vista do impacto ambiental, é a partir da década de 70 que o modelo de desenvolvimento econômico provoca forte pressão sobre o meio ambiente amazônico notabilizando-se de forma progressiva o processo de degradação.

Esta situação agravou-se a partir da década de 80, quando o fluxo migratório se intensificou, caracterizando o fracasso quase que total dos projetos de assentamento. Três questões importantes configuram-se como causas principais para a intensificação da problemática ambiental em Rondônia:

a primeira foi a (re)construção e pavimentação da rodovia BR-364, tornando-se a principal artéria do fluxo e refluxo de populações e mercadorias;

a segunda é a transformação, do então Território Federal de Rondônia, no vigésimo terceiro Estado da União, através da Lei Complementar nº 41 de 22 de dezembro de 1981. Isso significou, entre outras coisas, maior autonomia no que tange à tomada de decisões, pois agora o antigo território teria liberdade para criar suas instituições de cunho administrativo direto e/ou indireto; liberdade também para conduzir uma política de pessoal, consentânea com as necessidades geradas pelo crescimento sócio-econômico e poderia administrar seu orçamento (SILVA, 1984). Desta forma cria competência própria, capaz de gerenciar questões relevantes e de interesse do Estado.

Toda essa mudança política, social e econômica no Estado trouxe uma complexidade muito preocupante quanto às questões ambientais. A crescente valorização da terra passou a ser realidade palpável e

(...) novas forças entraram em jogo; grupos empresariais ou simples especuladores passaram também a se interessar pelas terras de RONDÔNIA, cujas posses ou domínio, tornaram-se objeto de interesse em intensas transações, compreendendo a compra de propriedades legítimas, aquisição de mera posse ou pretensão dela, até a grilagem (...) (SILVA, op. cit.:139).

Verificou-se também o aumento na oferta de empregos, criação e ampliação de governos municipais;

a terceira causa, foi a implantação do POLONOROESTE em 1980, no governo do General

João Figueiredo, conforme comenta BAHIANA (1991:21):

(...) o governo João Figueiredo decide (...) continuar a estratégia de ocupar a região e esboça um plano intensivo de colonização - O POLONOROESTE a custo total estimado de 1,5 bilhão de dólares, com o objetivo de reconstruir e pavimentar a Cuiabá-Porto Velho (...) bem como (...) implementar projetos paralelos para promover o povoamento, o desenvolvimento agrícola e estradas vicinais na área de influência da rodovia Cuiabá-Porto Velho (...)

Salutares ou não, os objetivos propostos pelo programa POLONO-ROESTE foram alvo de grandes críticas por se traduzirem numa quase que total ineficiência institucional no que se refere à gestão de recursos (tanto financeiros como ambientais). Para melhor ilustrar observemos MARGULIS (1991:79):

Um exemplo dessa situação foi o Polonoroeste, em que o grande número de instituições envolvidas não pode, por si só, justificar o fracasso institucional observado: havia recursos alocados especificamente para a proteção do meio físico e humano, que, em última instância, era o próprio objetivo do programa, e na prática assistiu-se quase que passivamente a uma exaustão da base de recursos naturais em um ritmo no próprio contexto amazônico. Não faltaram igualmente recursos

para que o asfaltamento da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) fosse concluído muito antes do prazo previsto, e também as demais estradas fossem construídas de acordo com seus cronogramas. Faltou, sim, determinação política para que os aspectos ambientais fossem diretamente considerados, e a ausência dessa determinação se traduziu por uma estrutura institucional bastante frágil em relação às suas atribuições (...)

A alocação de recursos oriundos do Banco Mundial, incentivou ainda mais o processo migratório, a abertura de novas malhas viárias e acentuou a expansão do processo de ocupação da terra, de modo que imediatamente aos anos que se seguiram, Rondônia recebeu um contingente populacional cuja a taxa média de crescimento anual passa de 4,76% no período de 1960 a 1970 para uma taxa de 16,03 % na década seguinte conforme dados do IBGE (1995)

Os dados revelam um crescimento significativo do contingente populacional num período de apenas 31 anos, o que significou sua duplicação a cada década. As taxas de incremento populacional nos onze anos que corresponde 1980 a 1991 estiveram acima das taxas referentes à Região Norte que obteve um percentual de 3,85% e da taxa do conjunto do território brasileiro que foi de 1,93% (IBGE, 1995; MOPU/PNUD/AECI, 1990).

Neste sentido é ingenuidade pensar que Rondônia pudesse manter sua floresta imune às perturbações ambientais promovidas por ação antrópica, principalmente

quando se verificou grandes somas de capital interno e principalmente externo, alicerçando um modelo de ocupação caótico. O que chamou atenção nisso, foi a voracidade do fluxo populacional dentro do processo de ocupação da terra, que aconteceu sem o mínimo de planejamento e que, segundo BECKER (1990:149a), tal fluxo excedeu

(...) a capacidade de controle do INCRA, ocasionando a invasão de terras públicas e particulares com fortes conflitos, o que por sua vez, resultou num povoamento induzido não controlado, efeito não previsto e não desejado pelo Estado (...)

Mas até que ponto se pode pensar que esse povoamento induzido e não controlado não era estratégia estatal? Esse caos não fora previsto? Em termos de ocupação do espaço amazônico, as formas de ocupar tinham, num primeiro momento, colonos assentados em terras de má qualidade, cujo desdobramento era o repasse das terras a médios e grandes proprietários, uma vez que os pequenos agricultores não obtinham a infra-estrutura necessária e nem poder econômico que pudesse garantir sua permanência/fixação à terra. Isto tornou-se processo cíclico e lógico, logo previsível e, ao que tudo indica, previamente planejado. Essa situação agilizou a apropriação da terra, sem que as questões relacionadas aos conflitos agrários tivessem solução. Isso lembra um modelo de ocupação muito similar ocorrido no sul do País, a exemplo do Paraná.

Questões conflitantes, relacionadas à terra em Rondônia, sempre foram realidade, principalmente após 1975, quando o governo federal privilegia aquisição de terras em favor dos grandes proprietários, indo de encontro aos anseios e às necessidades do crescente fluxo demográfico, que almejava um pequeno pedaço de chão, de modo a garantir sua reprodução enquanto camponeses. Segundo BECKER (1990a: 157) inúmeros conflitos são marcados pela invasão de áreas não desejadas, onde

(...) grupos econômicos disputam a terra e as reservas madeireiras. A estratégia estatal para controle do povoamento é prejudicada por uma irracionalidade advinda da trama das diversas instituições que disputam o poder no Estado, acrescida da pressão exercida pelo Banco Mundial para preservação ecológica(...)

É interessante observar que durante o desenrolar desses conflitos, a complexidade entre os mesmos tendem a aumentar e notabilizam-se por se distinguirem entre os atores, como também nos "tipos" de áreas disputadas (terras indígenas, áreas de proteção ambiental, terras devolutas, grandes fazendas - latifúndios, lotes rurais, lotes urbanos etc.). BECKER (1990b) elenco, entre os principais atores participantes desses conflitos, os índios, os posseiros, os fazendeiros, madeireiros, instituições governamentais e mais recentemente, as organizações não-governamentais - ONGs.

Os tipos de áreas disputadas vão desde as que circundam as

zonas de colonização, até as terras particulares, públicas e as colocadas sob jurisdição dos diversos órgãos estatais (INCRA, FUNAI, IBAMA, etc). Dentro desta perspectiva é possível identificar e, através de vários cruzamentos, relacionar e tipificar os inúmeros conflitos existentes em Rondônia, entre os quais destacam-se:

conflitos existentes entre as madeiras, indígenas, INCRA, dentro das reservas públicas. Característicos principalmente da porção centro-sul do Estado, ocorrem basicamente em função da disponibilidade de madeiras de lei, como o mogno e a cerejeira, cuja comercialização tem gerado muita riqueza;

conflitos entre posseiros/INCRA **versus** índios/FUNAI. São caracterizados principalmente pelo adentramento de posseiros e/ou colonos, em áreas de mata nativa, que muitas vezes nada mais é do que áreas de reservas indígenas. Logicamente a FUNAI, em contrapartida, reclama a área ocupada;

finalmente, conflitos existentes entre os posseiros **versus** Poder Público local e Loteadores, característicos de áreas de reservas urbanas. Este tipo de conflito consiste na ocupação das áreas de reserva periférica de núcleos urbanos.

Certamente a necessidade de se ocupar a terra significou, entre outras coisas, a expansão da degradação de áreas de floresta nativa, para dar lugar a atividade agropastoril, pondo em discussão não só regionalmente, mas nacional e internacionalmente, a idéia de preservação e conservação do ecossistema amazônico. A década de 80 será marcada por uma série

de problemas ambientais decorrentes do processo de ocupação desordenado, como observa BAHIANA (1991:20):

(...) O meio final da década de 80 vai se caracterizar pelo surgimento de uma problemática nova, no que tange à inserção da Região Norte no contexto do País. Ao discurso da ocupação e integração, característico dos anos 70, surgirá todo um questionamento quanto ao caráter e às consequências desta ocupação para a natureza e a sociedade locais (...)

Os anos que se seguem a 1980 são marcados pela contrapartida do processo de ocupação, remetendo-nos a uma nova problemática, que é a questão da degradação ambiental e seu impacto para as comunidades locais.

O entendimento do processo histórico de ocupação de Rondônia, se apresenta como um importante elo de reflexão para mensurar onde as falhas são ou foram mais contundentes no ambiente, de modo que se possa trabalhar para reversibilidade de problemas ambientais, decorrentes do processo aqui descrito.

BIBLIOGRAFIA

BAHIANA, L.C. O Norte na Organização Regional do Brasil. in: MAGNAGO, A.A. et. al.. **Geografia do Brasil: região norte**. vol. 03, Rio de Janeiro, IBGE, 1991. p. 15-23

- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: A fronteira de novos recursos**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- BECKER, B. K. MIRANDA, M. e MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território**. Brasília, Ed. UNB/UFRJ, 1990a.
- _____. **Amazônia**. São Paulo, Ática, 1990b.
- _____. **Amazônia Brasileira: uma área crítica no contexto geopolítico mundial**. in: **O ambiente Inteiro: A contribuição crítica da universidade à questão ambiental**. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1991.
- BURSZTYN, M. A. A. **Gestão Ambiental: instrumentos e práticas**. Brasília, IBAMA, 1994.
- CARDOSO, F.H. e MULLER, G. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978.
- COLLYER, F. **A Farsa da Preservação da Amazônia**. Manaus, Ed. Calderaro, 1980.
- HEES, D. R. Os povos da floresta, os imigrantes e os modelos de ocupação territorial: impactos e alternativas. in.: **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 52, n° 03, Rio de Janeiro - IBGE, 1990.
- IBGE/SUDAM. **Projeto Zoneamento das Potencialidades dos Recursos naturais da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro, IBGE, 1990. 212p.
- IBGE. **Censo Demográfico - 1991- Situação Demográfica, Social e Econômica: primeiras considerações - estado de Rondônia**. Rio de Janeiro, IBGE/DP, 1995. 25p.
- IBGE. **Atlas de Rondônia**. Rio de Janeiro, edição em convênio com o Território Federal de Rondônia, 1975.
- LISBOA, P. L. B. **Rondônia: Colonização e Floresta**. Programa POLONOROESTE, Relatório de Pesquisa nº 09 - CNPq, AED, Brasília, 1990.
- MARGULIS, S. A Economia e o Desenvolvimento Sustentado. in: **TAUK, S.M. (org.) Análise Ambiental: Uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Ed. UNESP/FAPESP, 1991. p. 78-82
- MEIRELES FILHO, J. **Amazônia: O que fazer por ela?** São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1986.
- MESQUITA, M.G.G.C.; EGLER, E.G. Povoamento. In: **A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica**. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- MONTEIRO, C.A.F. **A Questão Ambiental no Brasil: 1960-1980**. São Paulo, USP/IG (série teses e monografias nº42), 1981.
- MOPU/PNUD/AECI. **Desarrollo y Medio Ambiente en América Latina y el Caribe: una vision evolutiva**. Madri, Ministério de Obras Públicas y Urbanismo, 1990.
- MOURA, M.M. **Camponeses**. São Paulo, Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. **O Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo, Ática, 1986.
- _____. **Integrar Para (não) Entregar: políticas públicas e amazônia**, Campinas-SP, 2ª edição, Papirus, 1991.
- _____. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas-SP, 3ª edição, Papirus, 1990.
- REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Ed. Civilização Brasileira/SUFRAMA, Rio de Janeiro, 1982.
- RONDÔNIA. Secretaria de Desenvolvimento Ambiental. **Desmatamento em Rondônia (1978 a 1993)**. Porto Velho, SEDAM/SEPLAN/PNUD, 1996. p.46.
- SALATI, E. et. al. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1983.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo, Ed. Nobel, 1985.
- SILVA, A. G. DA. **No Rastro dos Pioneiros: um pouco da história rondoniana**. Porto Velho, SEDUC, 1984.

* Professor do Depto de Geografia
 Coordenador do LABOGEOH
 Pesquisador do CEI/UFRO

O TEMPO NO QUOTIDIANO

Elisabete Christofolletti *

Resumo

A consolidação do cotidiano, que é heterogêneo em sua formação pois constitui-se também a partir das diferenças entre pensamentos e ações e estabelece estruturas hierárquicas a partir das quais é possível organizar o fazer do dia a dia de acordo com as necessidades sentidas por cada indivíduo e sua comunidade de acordo sua cultura, passa então a delimitar posturas e possibilidades de sobrevivência e de organização do cotidiano que muda de acordo com a estrutura econômica social na qual se está envolvida.

Palavras- Chave: Cotidiano, Consolidação e Organização.

Abstract

The consolidation of the everyday, that is heterogeneous in your formation because it is also constituted starting from the differences between thoughts and actions and it establishes hierarchical structures starting from which it is possible to organize doing day by day of the in agreement with the needs felt by each individual and your community of your agreement culture, it starts then to delimit postures and survival possibilities and of organization of the everyday that changes in agreement with the social economical structure in the which she are involved.

Key-Words: Everyday, Consolidation and Organization.

Urbano e rural encontram-se para fazer-nos descrever, pensar, e demonstrar como o tempo faz parte da vida de cada povo, das pessoas que residem nas cidades, em diferentes regiões.

A forma de vida, a construção, estruturação e manutenção do cotidiano dos Povos da Floresta na Região Amazônica demonstra a passividade, aceitação e a tolerância daquilo que há muito é imposto, escolhido ou criado.

A consolidação do cotidiano, que é heterogêneo em sua formação pois constitui-se também a partir das diferenças entre pensamentos e ações e estabelece estruturas hierárquicas a partir das quais é possível organizar o fazer do dia a dia de acordo com as necessidades sentidas por cada indivíduo e sua comunidade de acordo sua cultura, passa então a delimitar posturas e possibilidades de sobrevivência e de organização do cotidiano que muda de acordo com a estrutura econômica social na qual se está envolvida.

A heterogeneidade a qual nos referimos é característica principal na vida de todo homem, a individualidade que concentra todas as suas forças e energias, todas as suas capacidades intelectuais, seus desejos, sentimentos, buscando em si condições e capacidade para efetuar concretamente todas as tarefas escolhidas dentro da estrutura do cotidiano.

A realidade quotidiana recria homens, intervindo de forma direta, constante e sutil a todo instante. Podemos ser envolvidos por ele ou então buscarmos formas de atuação em que ele é alterado segundo necessidades individuais e sociais.

Um dos aspectos que nos remete a reflexões e também constitui o cotidiano é o tempo. Parceria de vivências, construção e criação ele evidencia diferenças, formas de organizar e conceber sua existência.

Quando falamos em tempo, possivelmente a primeira imagem que temos é a da sucessão de imagens cronológicas, compromissos do dia a dia e o relógio, e que provavelmente não haja pessoa que não tenha ou deseje relógio, seja ele vermelho, amarelo, muito colorido, pequeno, grande, de pulso, cabeceira ou pescoço, de grife famosas, ou do camelô da praça, são por todos reconhecidos e muito lembrados. A vida passa a ser regida e mensurada por ele. Hora de precisar acordar, sentir sono, de sentir fome, de parar de comer, de procriar, de iniciar e terminar o trabalho, e de poder descansar. Estas são características do parceiro relógio e de seu uso comum para o urbano, onde a pressa obriga o homem a correr atrás de multiplicar seu tempo.

Tempo, sinônimo de produção, transformação, mais valia e dinheiro.

Tempo ganho ou perdido, é igual a mercadoria ganha ou perdida, vidas ganhas ou perdidas.

O tempo basta, explica e justifica.

Não o mesmo tempo da construção nos diálogos entre filósofos, poetas, loucos...

Na Região Amazônica, o uso mais constante do relógio faz parte muito mais da vida dos migrantes que vieram do sul e sudeste do país, onde a vida é organizada pelo tempo produtivo contando os minutos que se ganha, que se perde, onde o atraso ganha tonalidade diferente

quando numa reunião ou compromisso profissional ou social. Estas pessoas quando chegam a Região Amazônica trazem seus hábitos para serem divididos, impostos ao outro, sendo, portanto, não o relógio o elemento novo, mas a relação que com ele é estabelecida. Para as pessoas que nasceram ou estão há algum tempo nesta região, o relógio no inverno é a chuva, no verão o sol quente.

A natureza sem dúvida tem vivido ao longo do tempo um processo de exploração e agressão, mesmo assim quase não há surpresa com a mudança do horário da chuva, embora venha a cada inverno em períodos novos, houve tempo em que a chuva vinha logo pela manhã, neste último inverno porém, vem dividida em dois momentos: final da manhã e meio da tarde, conseguindo ainda manter a constância que possibilita ser parâmetro para os encontros.

Certa ocasião após várias tentativas de encontrar uma peixaria aberta, conseguimos a façanha, e antes mesmo de saber se havia peixe, na tentativa de compreender o que acontecia, perguntamos qual o horário de funcionamento do estabelecimento, afinal estávamos estupefatos pela peixaria estar aberta, a senhora responde que abria no horário normal. A sensação de confusão aumenta e para tentar elucidar tal conflito buscamos acertar nosso relógio com o dela, voltando a insistir perguntando qual seria o horário normal. Com toda a tranqüilidade peculiar da região, a senhora ainda sentada na cadeira de descanso, com a voz alongada e lenta, vagarosamente disse: das 9:00 as 11:30 e das 16:00 as 20:00 horas. O silêncio predominou.

Não há nenhuma dúvida de que para sobreviver ao verão amazônico este é o melhor horário para não brilhar e brigar com o sol que traz grande sensação de desconforto e cansaço.

Em outra ocasião paramos em uma casa de sucos e comentamos que era muito difícil encontrar o comércio aberto no horário do almoço. Nosso desabafo fez com que merecêssemos a resposta da senhora já com idade avançada, que estava ao lado e ouvia a conversa. Novamente com calma e voz arrastada tão habitual, disse que há alguns anos atrás nem os bancos abriam na hora do almoço e que neste horário somente era possível encontrar duas coisas na rua, cachorro e paulista.

Após a resposta da velhinha, a sensação de constrangimento foi muito grande. O silêncio ocupou o tempo em que naquele local permanecemos, pois não seria agradável ser identificado como nenhum dos dois freqüentadores da rua no horário de almoço quando são tidos como verdadeiros absurdos e agressão ao tempo da região.

A estruturação do tempo no cotidiano segue as normas e regras das necessidades que passam por processo de transformação convertendo-se em desejos e ações e novamente necessidades, o ciclo da vida.

Na floresta o tempo é ainda mais diferente e caminha com a natureza, é o tempo da natureza, comer, beber, rir, dormir ou chorar, são necessidades, desejos, ações, que são alteradas de acordo com a necessidade que cabe ao tempo juntamente com o homem dizer quais são.

No urbano temos a capacidade fantástica de manutenção do cotidiano, de a partir da criação de algumas regras da produção, cristalizá-lo, pois passamos a ter a sensação de controle e portanto segurança, sensação esta, muitas vezes necessária, mas que retira do homem a espontaneidade da criação em sua totalidade.

A pressa e a luta contra o tempo parece ser característica do homem “moderno”, urbano, sulista e em processo de envelhecimento, que percebe que não haverá tempo suficiente para tudo o que deseja. Que seu papel pode ser de observador do mundo, ou dono de sua história, seja ela qual for.

O tempo amazônico também é diferente. É o tempo vivido, ocupado com situações que trazem satisfações e em sua maioria imediatas.

Em viagem a uma Reserva Extrativista, começava a anoitecer, percebíamos que precisávamos parar para jantar e dormir, sendo que a única possibilidade que tínhamos era a maloca de um índio. Paramos, descemos, mas não havia ninguém, mesmo assim resolvemos ficar, descer as coisas da voadeira (pequenos barcos de alumínio com motor) e começar a preparar o jantar. Enquanto íamos ajeitando nossas coisas na maloca do índio, havia o cuidado para em nenhum momento mexermos nos pertences pessoais. Enquanto preparávamos o jantar, escureceu, quando então chegaram os moradores. Continuamos a preparar o jantar, jantamos e o casal de índios pacientemente e na maior parte do tempo em silêncio observava. Encerrado o jantar começamos a armar as redes, enquanto isso os

índios prepararam seu jantar. Redes armadas, ouvia-se o som do pequeno rádio à pilha tocando músicas sertanejas. Todos deitados podíamos perceber que estávamos sendo observados mais uma vez. Por algum tempo o casal de índio ficou sentado num banquinho de frente para as redes olhando, somente isso, olhando para as redes que acolhiam nossos corpos cansados.

Embora percebêssemos que o casal estava a espera do fogão para preparar seu alimento não havia pressa, assim como depois, quando havíamos deitado. Não havia pressa por descansar. O cotidiano daquele casal provavelmente possibilite a eles outro ritmo, muito diferente do urbano e havia alguma satisfação em ouvir o rádio de pilha e observar as visitas daquela noite.

Na manhã seguinte logo que o sol ameaçava chegar levantamos, preparamo-nos e fomos embora, enquanto saíamos na voadeira pela primeira vez pudemos observar o rosto dos dois índios. Da janela da casa, sem nada dizer o casal nos observava, tudo parecia estar parado, olhando de fora tínhamos a sensação de um quadro onde nada se altera, não havia pressa somente quando o barco já estava na água um braço erguer-se e lentamente acena em despedida. Dois dias depois passando novamente em frente a casa dos mesmos índios, lá estavam os dois, a mulher lavado roupa na beira do rio, que parou para ver a voadeira passar, permanecendo parada até quando pudemos enxergar, na janela novamente estava nosso amigo. A imagem vista da voadeira era insuperável e jamais anulada pelo

tempo, tempo que não muda, repete-se todos os dias.

O tempo que não é sinônimo de transformação e de sobrevivência. O tempo do diálogo onde senhores adultos sentam para conversar, talvez como os filósofos, poetas e loucos há muito faziam.

Chegamos a outra comunidade durante o dia enquanto as crianças estavam em aula, no horário em que foi feito o recreio para que as crianças lanchassem a professora entendeu que deveria suspender as aulas, pois nem crianças, nem a professora estavam dispostos a retornar a sala de aula e deixar de participar de tão animada conversa na casa do morador. Todos sentados em bancos, entre os desenhos de fumaças do cigarro de palha, conversávamos sobre a vida, as histórias que cada um dos homens tinham para contar sobre sua chegada naquele local, o trabalho, o contato com a mata, as pescarias e caçadas. Dessa forma não havia mais disposição para que a aula pudesse ter continuidade e sequer iniciar a aula noturna, pois o cotidiano foi alterado com a chegada das visitas que trouxeram consigo um membro da Associação a qual esta comunidade está vinculada e pessoas novas, o dia dali em diante seria diferente. Hoje é dia de festa, a rotina embora, muito flexível, foi alterada sem nenhum constrangimento e problema, alterou-se porque se fazia necessário e acima de tudo parecia prazeroso, poder rever amigos lembrar coisas do passado, falar sobre o presente e contar histórias, simplesmente conversar, ou como diria qualquer iniciado no tempo produtivo: jogar conversa fora, ou gastar tempo.

A capacidade de surpreender-se no cotidiano somente é permitida porque vive-se outra concepção de tempo, onde as pessoas são mais importantes que as coisas, que as obrigações a serem realizadas, a passagem de alguns amigos mesmo que não saibamos seus nomes, mesmo que não tenhamos com palavras dito muito, a chegada de visitas recriando a rotina que estava estabelecida.

A comunidade toda fica a espera do homem que saiu para pescar e com certeza trará peixe bom, fresco e para todos, sem angústia, sem pressa, todos aguardam. Tudo para a espera do peixe. O pescador chega ao anoitecer e cada uma das mulheres segue para a beira do rio buscar seu pedaço e depois para casa prepará-lo. Em torno do fogão sentamos todos, enquanto o peixe cozinha a conversa mais uma vez ganha espaço, o peixe fica pronto e todos saboreamos, começa a chover, todos continuam onde estão, a escuridão não assusta, pois enxerga-se além dela. Sabemos que está na hora de dormir, não porque o relógio nos aponta a hora, mas porque a escuridão já é grande e precisa-se estar preparado para a manhã seguinte. No meio da noite, de repente ouve-se um tiro seguido de barulho de água.

Com o nascer do sol, já estão todos novamente discutindo e contando as histórias na beira do rio enquanto os visitantes arrumam suas coisas para continuar a viagem. Naquela noite o grande jacaré voltou e mais uma vez levou um tiro, mas foi embora. A comunidade novamente conversa e muito, as histórias fluem com ele o

dia, mas com certeza não é isto que preocupa.

Pacientemente o tempo passa. Também preocupar-se por que? O que seria feito com ele?

Há quatro dias uma pessoa esperava a possibilidade de ir até a cidade buscar o pai que havia chegado. Provavelmente o pai estava na cidade há outros quatro ou cinco dias, pois para que a notícia chegue é preciso portador, que após dois dias de viagem possa ser portador dela. Recebido a notícia é preciso a espera de um barco que possa dar “carona” até a cidade o que significa mais dois dias de viagem e também de espera. Finalmente pai e filho encontram-se e recomeça-se outro período de espera, novamente espera-se que alguma embarcação suba o rio e após mais alguns dias poderão chegar até sua casa na floresta.

Para que pai e filho possam encontrar-se e retornar a casa é preciso em torno de dez a quinze dias de espera, espera que não parece dolorosa, é a espera possível.

Quando os homens saem para a caça, não tem tempo para esta atividade, identificam o caminho de sua presa e a seguem podendo demorar dois dias para pegá-la, não há programação, existe sim a saída para a caça e o restante é decorrente dela.

De forma não muito diferente acontece a pesca, muitas vezes o homem sai para pescar pela manhã e retorna somente no dia seguinte, se precisar navegar um pouco mais o faz, não há tempo determinado para a pesca, há o peixe que precisa ser trazido e isso é o que importa.

Quotidiano, vida e morte também dos Severinos e Severinas, a metamorfose da identidade

constituindo-se em algo muito maior, a metamorfose da vida, das individualidades e cada uma delas em relação. Morte do sufocamento, da prisão do pensar, do refletir, do caminhar, as amarras não mais evidentes, mas sutis e talvez pior, pois são criadas ou mantidas pelas individualidades quando o coletivo somente reforça o que já estava estabelecido.

A vida, surge com a possibilidade da reflexão permanente da própria existência. Somente criamos o que acreditamos e o que somos. Não há criação onde não há crença e vida.

Na floresta não é com o tempo do relógio que estabelecemos nossa relação com a natureza, ou mesmo conosco. O tempo urbano de nada serve para o homem da Região Amazônica.

Para os povos da floresta o tempo não existe, porque a natureza não muda pela ação do tempo, ela permanece com seu ritmo, a partir da relação que o homem estabelece com ela é que o tempo é estabelecido, temos alguns marcos no cotidiano, por exemplo para médios períodos temos as datas em que identificam as vacinas nos animais, os períodos de colheitas, o período de preparo da terra, o período de chuva, a partir de suas necessidades com o tempo da natureza, o homem estabelece seu cotidiano, relação também de assimilação.

No urbano o tempo é dominado, criado e estabelecido pelo homem. Algumas vezes o criador é engolido pela criatura.

O tempo urbano é medido em minutos e segundos. O computador mais recente reduz de um minuto para quinze segundos uma operação, isso fascina o homem

urbano, ele percebe a possibilidade de reduzir o tempo gasto em determinado trabalho. O ganho deste tempo passa a ser tão importante para sua vida que de agora em diante é fundamental, e necessita para satisfazer esta nesta necessidade de novo equipamento. Se daqui a seis meses outro equipamento reduzir os segundos ele é que será fundamental.

A corrida pelo tempo também cria o hábito do consumo, sempre precisamos de mais. Mais tempo, mais equipamentos, mais mercadorias.

O tempo urbano é estabelecido e alterado pela necessidade de consumo que desenvolvemos.

Na floresta a mudança da vida dos homens ocorrem a partir das mudanças dos rios (cheia e seca), das castanheiras, da seringueira que em alguns meses produz mais outros menos. Este cotidiano nos impõe nova relação com o tempo, com o imaginário e com o próprio homem, seja no encontro de seus limites, frustrações e realizações.

Na floresta, assim como no urbano o homem vive um tempo. Na floresta o tempo é de domínio do homem, mas na inter-relação com a natureza ele precisa sentir como este tempo pode ser ocupado. Se desejar sem dúvida pode alterar e ocupar a noite assim como faz com o dia. Quando precisa e deseja altera a relação com o tempo que a natureza lhe oferece. Para estudar a noite inventam-se formas de conseguir luz. A noite em sua riqueza maior é feita para a caça, o sono acaba com o amanhecer e a retomada das atividades diárias.

Certa ocasião em um grupo de alfabetização de adultos, no “horário de verão”, um senhor já idoso não conseguia de jeito nenhum chegar no horário, até que percebemos que ele não havia alterado seu relógio para o novo horário.

Uma educadora comenta: “Acho que o seu Chico não entendeu o relógio da gente, nem a gente o dele”.

*** Psicóloga, Mestra em Educação**

LITERATURA DE VIAGEM

Grace Macedo*
Miguel Nenevé **

Resumo

Portugueses e espanhóis se admiravam da beleza e do mistério da região de floresta densa, de rios caudalosos e mulheres bonitas e valentes. Escreviam sobre as "amazonas", sobre seus mistérios e os da terra em que habitavam. Haveria riquezas? Aqui chegava o europeu poderoso, o que veio para civilizar "essa gente sem modos." Século XX, o olhar dos que por aqui passam não mudou muito, os homens do "primeiro mundo" ainda vêem a Amazônia sob o mesmo olhar colonizador de séculos atrás. Atualmente podemos perceber por entre um discurso supostamente ecológico, ranços de uma visão ultrapassada onde a maneira de se auto-afirmar como superior é comparar-se a um povo supostamente "inferior".

Palavras- Chave: Amazônia, Homem e Exploração.

Abstract

Portuguese and Spanish they wondered of the beauty and of the mystery of the area of dense forest, of torrential rivers and beautiful and valiant women. They wrote on the "amazon", on your mysteries and the one of the earth in that inhabited. Would there be wealth? Here the powerful European arrived, what came to civilize "that people without manners". Century XX, the glance of the ones that for here they pass it didn't change a lot, the men of the "first world" still see behind the Amazonian under the same glance settler of centuries. Now we can notice for among a speech supposedly ecological, rancidities of a surpassed vision where the way to solemnity-affirm as superior is to compare to a people supposedly "inferior".

Key-Words: Amazonian, Man and Exploration.

Século XVI, época de descobrir, conquistar e explorar. Por aqui, bem distante do litoral baiano, onde tudo "acontecia", portugueses e espanhóis se admiravam da beleza e do mistério da região de floresta densa, de rios caudalosos e mulheres bonitas e valentes. Escreviam sobre as "amazonas", sobre seus mistérios e os da terra em que habitavam. Haveria riquezas? Aqui chegava o europeu poderoso, o que veio para civilizar "essa gente sem modos." Século XX, o olhar dos que por aqui passam não mudou muito, os homens do "primeiro mundo" ainda vêm a Amazônia sob o mesmo olhar colonizador de séculos atrás. Atualmente podemos perceber por entre um discurso supostamente ecológico, ranços de uma visão ultrapassada onde a maneira de se auto-afirmar como superior é comparar-se a um povo supostamente "inferior". Neste aspecto é interessante pesquisar até que ponto o que se escreve atualmente sobre a Amazônia ainda tem de discurso colonial, discurso que apresenta o homem desta região e do Brasil de um modo geral como inferior, incapaz de perceber o que as pessoas do "primeiro mundo" percebem. Nossa pesquisa, portanto, procura analisar algumas obras escritas por estrangeiras sobre a Amazônia como um discurso de "primeiro mundo" civilizado em oposição a "terceiro mundo" desordenado, bárbaro e que necessita de cuidados. Concentramos nossa análise em obras publicadas após a morte de Chico Mendes em 1988 que teve grande repercussão na mídia internacional.

Após a trágica morte de Chico Mendes, figura internacionalmente

conhecida e admirada por sua contribuição para a preservação da floresta amazônica, muitos jornalistas e escritores vieram observar como os brasileiros estavam destruindo "o futuro do mundo." A maioria desses escritores são estrangeiros do "primeiro mundo" que por aqui aparecem freqüentemente equipados com uma leitura de almanaque, (ou um "South American Guide"), remédios, bíblia, instruções de como evitar problemas com os incivilizados e um manual de boas maneiras ou de "civilização" para ensinar aos incautos. Muitos observadores que vêm para cá, portanto, já têm um conceito preestabelecido, fixo e embora "in loco", vêm o que querem ver, escrevem a "verdade" sobre a Amazônia que querem ensinar e que o primeiro mundo gosta de divulgar. Neste estudo, portanto, pretendemos restringir nossa leitura à questão do discurso colonial presente em duas obras que são muito populares nos Estados Unidos, embora não muito conhecidas dos brasileiros: **The Burning Season** de A. Revkin e **The World is Burning** de Alex Shoumatoff. Antes de comentarmos o livros, porém, gostaríamos de fazer um brevíssimo comentário sobre a crítica de literatura de viagem colonialista.

Mary Louise Pratt em seu livro **Imperial Eyes** comenta como é possível perceber na literatura de viagem uma prática discursiva sobre as terras "distantes" e exóticas. A crítica canadense argumenta que é possível ver nos livros publicados no "primeiro mundo" uma tendência a classificar, sistematizar e julgar o "outro" de acordo com interesses colonizadores. Muitas obras descrevem a terra e tudo o que nela

existe mas "fazem de tudo para minimizar a presença humana" (59). Quando os escritores mencionam as pessoas, as mencionam como pessoas de costumes estranhos, sujos, preguiçosos, sem iniciativa que precisam da presença de pessoas "superiores" para elevar seu nível de vida. Pratt sustenta que há uma invenção da América de acordo com o interesse colonizador das pessoas do primeiro mundo. Da mesma forma, percebe-se a "Invenção da Amazônia" como analisa a professora da Universidade Federal do Amazonas, Neide Gondin. Ou como diz o crítico Edward Said quando se refere ao discurso europeu sobre o Oriente, "o oriente foi quase uma invenção européia." Em **Orientalismo** Edward Said expõe a estratégia imperial de controle de outros povos através da manipulação de conhecimento e imposição de uma verdade. Assim a Amazônia, o Brasil, a América, os "outros" são inventados para satisfazer a necessidade de dominação e para manter a autoridade do primeiro mundo sobre nós. É assim que estão sujeitos a olhares, a críticas, a julgamentos de pessoas superiores. A preocupação ecológica, portanto, não é o único "motif" nos livros sobre a Amazônia. Há outros discursos como podemos observar, por exemplo, em **The Burning Season** de A. Revkin.

Em **The Burning Season**, publicado em 1990, percebemos uma preocupação em criticar a atuação do próprios estrangeiros em relação à região amazônica: "regiões selvagens da terra têm sempre sido observadas pelos seres humanos como um local a ser dominado, colonizado e explorado." Esta crítica, no entanto, não elimina a visão colonialista do autor sobre

Amazônia que é vista e generalizada como uma terra sem lei, sem ordem onde todos os pecados são possíveis. Isto reflete a teoria de Said que defende que os "civilizados" vêm as regiões incivilizadas como o local onde tudo pode ser permitido.

Revkin se propõe a contar a nossa história, descrevendo a saga da borracha como "uma das formas mais estranhas, mais brutais de exploração do trabalho na história moderna." O autor aponta esse momento histórico como o início de todas as atrocidades cometidas na região, culminando, é claro, com a morte de Chico Mendes, que, segundo o autor, seria um procedimento comum por aquelas "bandas" remotas da civilização, bem diferente do sul do Brasil: "O motivo principal pelo qual Darcy se mudou para a Amazônia foi que a região é um dos últimos lugares do mundo onde tudo o que fizesse estaria certo." A região e os costumes das pessoas que nela habitam são descritos como algo exótico e assustador que contrasta com a beleza sempre admirada. Aqui, diferentemente do primeiro mundo, nada funciona como no primeiro mundo, não há verdade, não lógica: primeiramente os oficiais americanos tentaram estabelecer seu próprio sistema de barcos e armazéns para coletar a borracha diretamente dos seringueiros. Era uma idéia lógica, mas lógica não se aplica à Amazônia." Percebe-se que o autor divulga a idéia de que tudo isso precisa de proteção pelos homens de bem, os cidadãos do "primeiro mundo", com visão superior. Esta região e este país sul-americano precisam ser conhecidos, analisados e ensinados por quem já é mais desenvolvido, mais

ordenado, mais civilizado. Isto percebe-se, talvez mais claramente, em outro livro que é objeto de nosso estudo.

The World is Burning: Murder in the Rain Forest de Shoumatoff foi também publicado em 1990 nos Estados Unidos e tem como epígrafe uma passagem de Macbeth de Shakespeare: "Ah pobre país! Que tem medo de conhecer-se a si próprio. Não pode ser chamado nossa pátria, mas nosso túmulo porque nela ri só quem ignora tudo.." Este trecho de Shakespeare falando do "pobre país" é, logicamente, aplicado ao Brasil onde, segundo o autor, todo o tipo de atrocidades acontece e nada se resolve. Ao mesmo tempo em que o autor apresenta o desejo de solidarizar-se com os povos daqui, ele deixa transparecer a sua crença que só alguém de um país superior pode observar a verdade. As pessoas daqui não são acostumadas à verdade e não podem perceber o que um americano percebe, pois, como Revkin, ele acredita que a verdade não reside na Amazônia: "Quanto mais pesquisa se faz na Amazônia, mais se percebe que a verdade não mora ali, não está firmemente enraizada e alojada em fatos e números do jeito que está no primeiro mundo "(25).

Transmite-se ao leitor uma dicotomia entre a Amazônia, onde a verdade não reside e o "Primeiro Mundo" possuidor da verdade. Como analisa Edward Said, para o colonizador há a necessidade de contrapor a idéia de "primeiro mundo" com os outros, os inferiores. Impõe-se uma verdade através de discurso que tenta autenticar a posição privilegiada do colonizador. Assim o retrato do colonizado inclui a preguiça, a inaptidão, a

inoperância em contraposição às virtudes do colonizador que é ativo, inteligente e percebe com facilidade o que deve ser feito. Shoumatoff, por exemplo, elogia a hospitalidade dos amazônicos, mas refere-se constantemente à sua "sonolência, inação, passividade, inoperância" que aliás não é privilégio só do quem habita esta região, mas de todos os latino-americanos : "A primeira reação instintiva na América Latina é a inação, a suspeita, a *inoperância* (144). Esta sonolência, inatividade, este marasmo, segundo Shoumatoff é uma constante, uma marca registrada de nós latino-americanos. Em Xapuri, diz o autor, um ano após a agitação da morte de Chico Mendes, as pessoas "raramente deixavam suas varandas e passavam o seu tempo percorrendo seus dedos na cabeça dos outros à procura de pulga [sic] (234). Os brasileiros não podem perceber a grandiosidade das coisas e o brasileiro comum está sempre mais interessado na Copa do Mundo do que na questão de a Amazônia ser brasileira ou não (287). Através destas afirmações, sugere-se que esta região precisa de alguém que a desperte, que a ensine que a proteja. Como diz Albert Memmi em sua obra **O Colonizador e o Colonizado**, "toda a vez que o colonizador afirma em sua linguagem que o colonizado é fisicamente e moralmente fraco ele está sugerindo que esta fraqueza precisa proteção." Os brasileiros e amazônicos precisam da "proteção" americana ou européia para entender o significado das coisas que acontecem na Amazônia. The World is Burning revela este discurso de autoridade de um americano, que descreve, analisa e ensina de uma forma bem

generalizada como são os brasileiros.

Além de referir-se à fraqueza moral do colonizado, percebe-se também que o autor faz afirmações genéricas sobre a violência dos latino-americanos, dos brasileiros e, conseqüentemente, dos amazônicos. As pessoas no Brasil são violentas, não respeitam animais que "são chutados na rua e deixados morrer de fome" (45). Mais adiante, afirma o autor que há muito perigo em andar nas ruas do Brasil porque os motoristas são muito violentos. Os pedestres, por exemplo, jamais são respeitados: "No Brasil o homem atrás do volante tem todo o direito sobre o caminho. Se o pedestre for muito velho ou devagar, já era" (287). Ao mesmo tempo em que isso pode ser parcialmente verdadeiro é também falso porque generaliza ao afirmar que brasileiro nenhum respeita o pedestre. A Amazônia é como o velho "Wild West" só que menos excitante porque o calor deixa a vida muito pachorrenta:

The Amazon has a soporific effect. It's a big part of the inoperânciaproblem. You need frequent fixes of nicotine and caffeine to keepgoing. So many things conspire against your remaining on shcedule and on the ball. It's a constant struggle just to maintain consciousness, to fight off tropical entropy, torpid, rachitic, stultified, paranoid paralysis... You start making mistakes. Accidents happen. (177)

[A Amazônia tem um efeito soporífero. É uma grande parte do problema da inoperância. Precisa-se de freqüentes doses de nicotina e cafeína para manter-se em atividade. Muitas coisas conspiram

contra a gente para que não se cumpra o que se tem planejado. É uma luta constante só para se manter consciente, para derrotar a entropia tropical, a paralisia mórbida, paranóide, raquítica, entorpecente, frustrante... Começa-se a cometer erros. Acidentes acontecem.]

Estas "verdades" sobre a Amazônia e o "Terceiro Mundo" são apoiadas pelo poder e "autoridade" que a cultura à qual os escritores pertencem tem sobre Rondônia. Ao mesmo tempo, podemos dizer que este discurso é também uma estratégia para manter a autoridade deles sobre **nosotros**.

Logicamente não se quer afirmar que tudo o que se escreve sobre a Amazônia tem sempre a intenção colonizadora, dominadora. Deve-se reconhecer a importância do que se investigou e se escreveu sobre esta parte do planeta. Também é necessário reconhecer, por exemplo, que a pressão internacional foi importante para o julgamento dos assassinos de Chico Mendes, como tem sido importante para a questão ecológica. Seria ingenuidade não perceber isto. Nossa pesquisa, no entanto, procura analisar a outra presença nestas publicações, a presença de um discurso e que tipo de discurso é este. Acreditamos que o leitor deve estar atento para estas questões e ler sob uma perspectiva de colonizado que precisa se descolonizar de conceitos generalizadores que os ditos "superiores" fazem sobre nós. Estas duas obras são exemplos de literatura escrita sobre a Amazônia após a morte de Chico Mendes. Há muitas outras obras deste mesmo gênero, escritas neste período que precisam ser conhecidas, analisadas

e julgadas usando diferentes perspectivas. Acreditamos que é importante para nós latino-americanos, brasileiros, amazônicos e terceiro-mundistas conhecer, discutir e, se necessário, desconstruir o que se tem falado sobre nós.

* Professora de Língua e literatura/pesquisadora

* Doutor em Lit. Anglo-Americana / pesquisador/UFRO

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA

Adriana Nunes*
Ivete de Aquino Freire**

Resumo

Este ensaio tem como objetivo a identidade cultural da Amazônia, sua relação com a atividade física e seus significados. A relação entre Cultura e Educação Física é ainda pouco abordada na área de Educação Física, contudo, os estudos têm caminhado no sentido de buscar o significado cultural na atividade física. Esta tendência da busca pela identidade é cada vez mais crescente e surpreendente dentro da diversidade cultural do mundo contemporâneo.

Palavras- Chave: Identidade, Cultura e Amazônia

Abstract

This rehearsal has as objective the cultural identity of the Amazonian, your relationship with the physical activity and your meanings. The relationship between Culture and physical education is still little approached in the physical education area, however, the studies have been walking in the sense of looking for the cultural meaning in the physical activity. This tendency of the search for the identity is more and more inside growing and surprising of the cultural diversity of the contemporary world.

Key-Words: Identity, Culture and Amazonian

Começamos este ensaio tratando o tema Cultura. Esta palavra tem o significado mais amplo do que lhe atribuímos, no entanto, abordaremos as diferentes formas de manifestações culturais que são as mais importantes. A primeira delas é a adquirida na escola pelos homens é o chamado saber formal ou sistematizado, que está relacionado ao conhecimento obtido a partir das leituras. Na sociedade organizada sob o sistema capitalista, este tipo de conhecimento é fortemente valorizado, posto que estabelece a noção de competitividade, hierarquizando a sociedade. Este efeito social só nós leva a observar preconceitos em relação aqueles que não detêm o saber convencional.

A segunda manifestação é o conhecimento popular. É a educação informal do homem na sua essência. Neste caso, o conhecimento é alcançado de forma diferenciada do mencionado anteriormente. Aqui cultura é repassada de geração em geração por meio de contos, lendas, mitos e tradições (SILVA,1994). Neste tipo de cultura a valorização social, sofre efeito contrário ao do saber formal. Segundo CHINOY (1978:56) “toda sociedade possui um modo de vida ou, de acordo com a nossa terminologia, uma cultura, que define modos apropriados ou necessários de pensar, agir e sentir.”

Ao abordarmos as duas formas de manifestação do conhecimento, tomamos ciência das diversas características de determinados grupos sociais, ou seja, cada um com sua visão de mundo , com sua maneira de habitar, de vestir e de trabalhar. Com isto, do mesmo modo que esses grupos sociais se diferenciam,

suas necessidades também não coincidem, tão pouco, suas formas de satisfazê-las. Como toda cultura geralmente está ligada ao lugar em que nasceu, e se desenvolveu, podemos definir cultura, no seu sentido mais amplo, como tudo aquilo que caracteriza uma população humana, um povo, cujas ações, conhecimentos, crenças e mitos estão sempre presentes no seu dia a dia. A importância em estudar cultura não está na necessidade de ser estudada por si só, mas para contribuir no combate a preconceitos e ao desrespeito à cultura de populações autóctones, a exemplo das populações ribeirinhas e principalmente os indígenas da Amazônia. O estudo sobre a cultura também nos ajuda a entender a realidade social na qual vivemos. TYLOR (1871) *apud* CHINOY (1978) define ainda cultura como “...todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei costume e quaisquer aptidões adquiridas pelo homem como membro da sociedade. Das observações feitas, a base dos jogos praticados por comunidade tradicionais (ribeirinhos e índios), é muito semelhante a de qualquer lugar do mundo. Praticam com muita fantasia, seguindo a tradição no seu âmbito vivencial. Estas atividades quando praticadas por índios e ribeirinhos, em alguns momentos apresentam características semelhantes. Constatou-se que os dois grupos elaboram diferentes estratégias de jogos, apropriadas às suas circunstâncias. Estratégia bastante freqüente é a utilização de recursos da própria natureza. Um bom exemplo pode ser constatado em seus jogos, onde utilizam galhos de árvores, pedras, terras ou folhas de árvores.

Já em outros momentos, apresentam características diferenciadas. Enquanto as crianças índias utilizam a imitação e a simulação motriz do adulto em situações de jogos, as crianças ribeirinhas praticam jogos de destrezas e habilidades trazidas pela civilização. Os índios dramatizam através dos jogos a vida dos adultos: guerras entre tribos, grandes caçadas, etc. Adultos e crianças apresentam elevado nível de expressão corporal e gestual, especialmente ao dialogarem. Quando falam, não se limitam ao recurso da voz, mas utilizam todo corpo em movimento que compõem o seu dizer. Como parte do seu processo de comunicação oral e gestual, imitam o som natural da coisa significada. O uso regular de onomatopéias demonstra a beleza do humano compatibilizado com a natureza. Neste contexto, a atividade física enquanto prática pedagógica, deve reunir elementos que extrapolem os limites do movimento humano, sob o ponto de vista da biomecânica e da fisiologia. A Educação Física enquanto procedimento educativo agrupa informações da esfera cultural, corporal e do movimento. A relação entre cultura e movimento ainda é muito divergente, a sua relevância está no fato de poder contribuir nos aspectos sociais e ideológicos, no sentido da preservação da cultura permitindo que o povo tenha opção real de construir seu próprio futuro à partir de sua herança cultural. Esta herança pode ser enriquecida pelo aporte das novas gerações, entretanto é inconcebível a opressão

ou negação de uma cultura em favor de outra.

BIBLIOGRAFIA:

- CHINOY, Ely. **SOCIEDADE-UMA INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA.** São Paulo, Cultrix, 1978.
SILVA, Josué da Costa. **CUNIÃ: MITO E LUGAR.** Dissert., São Paulo, 1994.

*Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas

** Profª. Depto. de Educação Física/UFRO

PRESENÇA
Boletim de Educ. Cultura e Meio Ambiente
Ano III n.º 7 - Setembro - 1996
Publicação Trimestral

As matérias devem ser encaminhadas ao endereço abaixo, ou pessoalmente aos membros do conselho, contendo entre duas a dez laudas, formatadas para "Word for Windows" ou compatível, em disquetes de 3½ pol.

Tiragem 300 exemplares

Endereço: Caixa Postal 775
Porto Velho - RO - CEP 78.900-970

PRESENÇA, Publicação de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Porto Velho, Fundação Universidade Federal de Rondônia. v.1, 1993.

Trimestral

- 1. Educação - Periódico**
- 2. Meio ambiente - Periódico**

CDU 37(05)